



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
LUIZA ZITZKE OLIVEIRA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E O
ENFRENTAMENTO DA POBREZA NO TERRITÓRIO MEIO OESTE
CONTESTADO EM SANTA CATARINA

Florianópolis

2011

LUIZA ZITZKE OLIVEIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E O
ENFRENTAMENTO DA POBREZA NO TERRITÓRIO MEIO OESTE
CONTESTADO EM SANTA CATARINA**

Relatório de Estágio de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Agronomia da Universidade
Federal de Santa Catarina como requisito parcial à
obtenção do título de Engenheira Agrônoma.

Orientador: Professor Ademir Antonio Cazella, Dr.

Florianópolis

2011

LUIZA ZITZKE OLIVEIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E O
ENFRENTAMENTO DA POBREZA NO TERRITÓRIO MEIO OESTE
CONTESTADO EM SANTA CATARINA**

Este Relatório de Estágio de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Engenheira Agrônoma e aprovado em sua forma final pelo Curso de Agronomia, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis (SC), 05 de dezembro de 2011.

Supervisor e orientador Ademir Antonio Cazella, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Andréia Tecchio, Esp.
Mestranda em Agroecossistemas - Universidade Federal de Santa Catarina

Paola Beatriz May Rebollar, Msc.
Doutoranda em Engenharia Civil - Universidade Federal de Santa Catarina

**Aos meus pais, por acreditarem e
investirem no meu futuro.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores pelos ensinamentos compartilhados, mas principalmente ao Professor Ademir Antonio Cazella pela atenção e dedicação com que orientou meus estudos durante os últimos meses.

À colega de atividades Andréia Tecchio pelas contribuições e disponibilidade. Mas, acima de tudo, pelo cuidado e paciência diante dos meus questionamentos.

Ao Alexandre da Silva Santos pelos conhecimentos, informações e auxílio.

Agradeço aos meus pais e irmãs que me incentivaram durante todo o decorrer do curso, que souberam demonstrar compreensão, compartilharam os momentos felizes e por proporcionarem tudo para que minha formação fosse realizada com qualidade e vigor.

Ao meu amado e paciente namorado Rudá Pereira, por estar sempre ao meu lado durante toda a realização do curso com amor, apoio, serenidade e segurança.

À minha amiga Santuza Silvério Hermes Dias pelos ouvidos que souberam ouvir antes mesmo de entender. À amiga Gabriela Bastiani pela alegria e companheirismo.

Muito obrigada a todos os amigos e familiares que de alguma forma contribuíram para a minha formação. Por fim, agradeço aos membros da banca pela atenção e acessibilidade.

“Se planejamos para um ano, plantamos arroz. Se planejamos para dez anos, plantamos árvores. Se planejamos para cem anos, preparamos pessoas” (ANTIGO DITADO CHINÊS).

RESUMO

A pobreza pode ser caracterizada como a insuficiência de recursos para assegurar as condições básicas de subsistência e bem-estar. O debate atual sobre o desenvolvimento territorial fundamenta-se na observação da persistência interligada da pobreza rural e da desigualdade social e regional, e enquadra-se na discussão mais ampla sobre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade. A ideia dos programas territoriais é garantir que as etapas de desenvolvimento envolvam muitas dimensões, onde cada uma contribui de uma forma para o conjunto do território em áreas distintas. Esta pesquisa está voltada à análise das políticas públicas aplicadas ao meio rural nacional, que contêm entre os seus propósitos o enfrentamento da pobreza. Assim, este trabalho tem por objetivo geral verificar se as políticas públicas de desenvolvimento territorial implementadas pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) estão beneficiando as populações pobres do Território Meio Oeste Contestado em Santa Catarina. Como objetivos específicos pretende-se identificar as populações pobres do referido Território e analisar os recursos financeiros destinados através da Matriz de Ações do Governo Federal. Para isto, foram adotados procedimentos metodológicos que constituíram na elaboração da fundamentação teórica sobre a temática da pesquisa, análise das entrevistas realizadas com os delegados do conselho de desenvolvimento territorial para identificação das populações empobrecidas dos municípios e do Território e, por último, foi discutida a Matriz de Ações. Os delegados entrevistados tiveram dificuldade em identificar os pobres do Território, demonstrando pouco conhecimento. Alguns não souberam informar sobre as populações empobrecidas do Território e nem de seu próprio município. As entidades representadas no colegiado territorial estudado possuem pouca diversidade, sendo que a maioria possui caráter agrícola. Os setores sociais mais beneficiados nas ações destinadas aos municípios analisados foram os assentados da reforma agrária e os agricultores familiares. Nem todos os segmentos pobres são beneficiados, pois estes não estão organizados ou representados no colegiado territorial.

Palavras-chave: Pobreza rural. Políticas públicas. Programa Territórios da Cidadania.

RESUMEN

La pobreza puede ser caracterizada como una insuficiencia de recursos para asegurar las condiciones básicas de subsistencia y bienestar. El debate actual sobre el desarrollo territorial se fundamenta en la observación de la persistencia interconectada de la pobreza rural y de la desigualdad social y regional, y se encuadra en una discusión mayor sobre el desarrollo económico y la sustentabilidad. El objetivo de los programas territoriales es garantizar que las etapas de desarrollo incluyan diversas dimensiones, en dónde cada una contribuya al conjunto del territorio en sus diferentes áreas. Esta investigación está centrada en el análisis de políticas públicas aplicadas al medio rural nacional, que contienen entre sus propósitos la erradicación de la pobreza. De esta manera, el presente trabajo tiene como objetivo general verificar si las políticas públicas de desarrollo territorial implementadas por la Secretaría de Desarrollo Territorial del Ministerio del Desarrollo Agrario (SDT/MDA) benefician a las poblaciones pobres del Territorio Medio Oeste Contestado de Santa Catarina. Como objetivos específicos se pretende identificar las poblaciones pobres de este Territorio y analizar los recursos financieros destinados a través de la Matriz de Acciones del Gobierno Federal. Para ello, fueron adoptados diversos procedimientos metodológicos: elaboración de la fundamentación teórica sobre la temática de la investigación, análisis de las entrevistas realizadas con los delegados del consejo de desarrollo territorial para la identificación de las poblaciones empobrecidas de los municipios y del Territorio y, finalmente, fue discutida la Matriz de Acciones. Los delegados entrevistados tuvieron dificultades en identificar a la población pobre del Territorio, demostrando escaso conocimiento. Inclusive algunos no supieron informar acerca de las poblaciones empobrecidas del Territorio ni de su propio municipio. Las entidades representadas en el consejo territorial estudiado poseen poca diversidad. La mayoría tiene carácter agrícola. Los sectores sociales más beneficiados en las acciones destinadas a los municipios analizados fueron los asentados de la reforma agraria y los agricultores familiares. No todos los segmentos pobres fueron beneficiados al no estar organizados o representados en el consejo territorial.

Palabras-clave: Pobreza rural. Política pública. Programa Territorios de la Ciudadanía.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Territórios da Cidadania no Brasil.....	34
Figura 2. Articulação da gestão dos Territórios da Cidadania.	37
Figura 3. Ciclo de planejamento e gestão dos Territórios da Cidadania.	39
Figura 4. Localização geográfica do Território Meio Oeste Contestado em Santa Catarina e dos municípios no Território.....	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Abrangência dos 120 Territórios do Programa Territórios da Cidadania.....	35
Tabela 2. Território Meio Oeste Contestado - População rural, urbana, variação de população entre 2000-2010 e densidade demográfica.	43
Tabela 3. Estabelecimentos, área, agricultura familiar e agricultura não familiar no Território Meio Oeste Contestado, Santa Catarina.	47
Tabela 4. Assentamentos da reforma agrária localizados no Território Meio Oeste Contestado e total de famílias por assentamento.	49
Tabela 5. Terra Indígena (TI), número de famílias e de pessoas habitantes do Território Meio Oeste Contestado.....	50
Tabela 6. Identificação dos delegados do conselho de desenvolvimento territorial do Território Meio Oeste Contestado - Santa Catarina entrevistados em agosto de 2011.....	51
Tabela 7. Ações destinadas aos municípios Abelardo Luz, Água Doce, Catanduvas, Entre Rios e Ipuacu no Território Meio Oeste Contestado em Santa Catarina e as populações beneficiadas com os projetos entre 2004 e 2010.....	59

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DO ESTÁGIO	12
2 INTRODUÇÃO	12
2.1 MÉTODO	14
2.2 ESTRUTURA DO TRABALHO	16
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POBREZA	17
3.2 POBREZA RURAL	22
3.3 POBREZA E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	25
3.3.1 Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial: desafios para contemplar segmentos pobres do meio rural	29
3.4 PROGRAMAS TERRITÓRIOS RURAIS DE IDENTIDADE E TERRITÓRIOS DA CIDADANIA	31
3.5 GESTÃO E PLANEJAMENTO DOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA	36
4 TERRITÓRIO MEIO OESTE CONTESTADO - SANTA CATARINA	41
4.1 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS	42
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	51
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS DELEGADOS ENTREVISTADOS.....	51
5.2 IDENTIFICAÇÃO DAS POPULAÇÕES POBRES	55
5.3 ANÁLISE DA MATRIZ DE AÇÕES	58
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS	65
ANEXOS	71
ANEXO A - Matriz de Ações.....	72

1 IDENTIFICAÇÃO DO ESTÁGIO

Estagiária: Luiza Zitzke Oliveira

E-mail: luiza.zitzke@gmail.com

Supervisor e orientador: Ademir Antonio Cazella

Período de estágio: 08 de agosto a 04 de novembro de 2011

Carga horária: 450 horas

Endereço: Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território - Lemate
Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina - CCA/UFSC
Rodovia Admar Gonzaga, 1346 - Itacorubi
CEP: 88.034-000 - Florianópolis/SC

2 INTRODUÇÃO

Vivemos em um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social, que excluiu grande parte da sua população pobre do acesso às condições mínimas de dignidade e cidadania. Assim, a pobreza pode ser caracterizada pela carência e vulnerabilidade de recursos financeiros. Para Oliveira (2011b), a pobreza é vista como a insuficiência de meios para assegurar as condições básicas de subsistência e de bem-estar, segundo as normas vigentes em uma sociedade. Estas normas envolvem características da distribuição da renda e do padrão de consumo predominante.

Neste sentido, os pobres são vulneráveis a situações de crises políticas ou econômicas, além de se encontrarem extremamente suscetíveis a doenças e a catástrofes naturais. A pobreza exerce influência na personalidade do indivíduo, em função da intensidade e da persistência dessa situação de privação, com consequências para a estabilidade e bem-estar global da sociedade (OLIVEIRA, 2011a).

Entretanto, a pobreza não pode ser entendida apenas como a privação de recursos financeiros, mas também como a falta de capacidades básicas e do acesso aos serviços sociais, principalmente na área da saúde, educação, alimentação, nutrição, habitação e saneamento básico (SEN, 2000).

No Brasil, o debate atual sobre o desenvolvimento rural e sua vinculação com a noção de Território reatualiza o tema da persistência interligada da pobreza rural e da desigualdade social e regional, e enquadra-se na discussão mais ampla sobre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade. De certa forma, o conceito de Território (concebido como uma escala de ação adequada para empreender políticas públicas diferenciadas) insere-se nesse contexto, refletindo as disputas existentes entre estratégias tão distintas, como aquela que acentua o processo de crescimento econômico com forte vocação exportadora na área agrícola ou, ainda, outra que valorize os processos de desenvolvimento sustentável aliado à ideia de justiça e/ou equidade social (LEITE et al., 2011). Assim, neste trabalho, será utilizado o termo Território como sendo:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais - tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições - e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (SDT, 2005).

Mesmo dentro do nosso país, as percepções de pobreza são diferentes devido ao desenvolvimento e a ocupação desigual do território, relacionados a fortes assimetrias regionais. Do mesmo modo, as percepções de pobreza são diferentes também entre os espaços urbano e rural, onde os padrões e hábitos de consumo e de comportamento social são distintos (OLIVEIRA, 2011a).

O esforço de debater e caracterizar a pobreza no meio rural encontra como primeira justificativa a importância presente e futura que este segmento da população tem e continuará tendo na dinâmica demográfica brasileira (DEDECCA; BUAINAIN; NEDER, 2011). Além disso, o meio rural possui um papel fundamental no desenvolvimento do país através do processo de descentralização do crescimento econômico e no fortalecimento das cidades médias (MDA, 2003).

Neste contexto, a pesquisa desenvolvida durante a realização do estágio de conclusão do curso de Agronomia está voltada à análise das políticas públicas aplicadas ao meio rural nacional, que contêm entre os seus objetivos o enfretamento da pobreza. Assim, este trabalho tem por objetivo geral verificar se as políticas públicas de desenvolvimento territorial implementadas pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) estão beneficiando as populações pobres do Território Meio Oeste Contestado, localizado na região oeste de Santa Catarina. Como objetivos

específicos pretende-se identificar as populações pobres do referido Território e analisar os recursos financeiros destinados através da Matriz de Ações do Governo Federal.

Em Santa Catarina existem um total de oito Territórios Rurais de Identidade, destes apenas dois também são Territórios da Cidadania: Meio Oeste Contestado e Planalto Norte. O ciclo de planejamento de aplicação de recursos financeiros desses Territórios é feito através de uma Matriz de Ações, apresentada todo ano e em cada Território. A Matriz de Ações é o “conjunto de propostas ou de ações do Governo Federal para o Território, com dados descritivos e metas físicas e financeiras territorializadas” (SDT, 2009, p. 06). A Matriz foi criada através do Programa Territórios da Cidadania e resgatou informações antigas, relacionadas ao Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat).

A pesquisa foi realizada em parceria com o projeto aprovado em 2011 pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), denominado “Políticas públicas de enfrentamento da pobreza e da desigualdade no meio rural brasileiro: uma análise a partir da experiência da política de desenvolvimento territorial”. Além disso, foram utilizadas informações de pesquisas de campo relacionadas à dissertação de mestrado que está em andamento no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas de Tecchio (2010)¹.

2.1 MÉTODO

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho adotou-se uma pesquisa de natureza qualitativa e a ferramenta utilizada para coleta das informações primárias foi à entrevista aberta. De acordo com Minayo (2000, p. 21), “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Já a entrevista aberta foi utilizada por ser capaz de revelar e evidenciar as interpretações dos informantes sobre a realidade focalizada, sendo possível combinar perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas. Assim, o entrevistado tem a possibilidade de

¹ Mestrado em andamento de Andréia Tecchio através do Programa de Pós-Graduação Agroecossistemas no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (CCA/UFSC), com temática que visa à análise da eficácia das políticas públicas de desenvolvimento territorial que possuem o propósito de superar a pobreza rural e das principais estratégias de reprodução social de famílias rurais pobres.

discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador. Desta forma, foram utilizadas as informações obtidas na pesquisa de campo realizada por Tecchio (2010) em entrevista com os delegados² do conselho de desenvolvimento do Território Meio Oeste Contestado em Santa Catarina, quando foi abordada a temática sobre as populações pobres do referido Território. Optou-se em trabalhar com este Território por encontrar-se em situação de pobreza para as condições de Santa Catarina e devido à facilidade de acesso às informações através da pesquisa que está sendo realizada por Tecchio (2010).

Neste Território foram selecionados os municípios de Abelardo Luz, Água Doce, Catanduvas, Entre Rios e Ipuacu, com base na temática da dissertação de mestrado referida anteriormente. Ou seja, neles estão presentes um maior número de famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família³ e, entre elas, famílias de populações específicas, a exemplo das assentadas pela reforma agrária e indígenas.

Para a realização deste trabalho foram adotados procedimentos metodológicos que constituíram na elaboração da fundamentação teórica sobre a temática da pesquisa, análise de parte das entrevistas e dados organizados pela mestranda em sua pesquisa de campo e, por último, a discussão da Matriz de Ações do Território Meio Oeste Contestado em Santa Catarina. As entrevistas foram apenas ouvidas e transcritas, ou seja, neste trabalho não se teve um contato direto com os delegados. Na execução destas atividades utilizou-se a estrutura disponível no Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate).

Primeiramente foi desenvolvida a fundamentação teórica do trabalho, através de artigos, livros, dissertações, monografias, portal *online* do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), etc. Além disso, foi realizada uma entrevista aberta com o Articulador Estadual da SDT/MDA em Santa Catarina, em setembro de 2011 no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (CCA/UFSC), para obtenção de informações básicas sobre o funcionamento dos Programas Territórios de Identidade e da Cidadania, bem como da Matriz de Ações.

Em seguida, foram trabalhadas as informações primárias obtidas nas entrevistas realizadas com os delegados do conselho de desenvolvimento territorial para identificação das populações empobrecidas dos municípios escolhidos para esta pesquisa e do Território. Os

² O termo delegado é utilizado no Território Meio Oeste Contestado para identificar os integrantes que compõem o conselho de desenvolvimento territorial.

³ O Programa Bolsa Família foi criado no Governo Lula, em 2003, para apoiar as famílias mais pobres e garantir a elas o direito à alimentação e o acesso à educação e saúde. O programa visa à inclusão social dessa faixa da população, por meio da transferência de renda e da garantia de acesso a serviços essenciais.

delegados foram selecionados por possuírem o papel consultivo e deliberativo para implementação das políticas públicas de desenvolvimento territorial. Os mesmos foram escolhidos com base nos seguintes critérios: representação da sociedade civil e do governo, diversidade de profissões e cargos que exercem.

Nos municípios onde a pesquisa foi desenvolvida, foram entrevistados dez delegados do conselho de desenvolvimento territorial durante o mês de agosto de 2011. No geral, as entrevistas foram realizadas no local de trabalho dos delegados e sem a presença de outras pessoas, utilizando um gravador como ferramenta de apoio.

A investigação com abordagem qualitativa requer para a realização da coleta de dados as seguintes condições: abertura, flexibilidade e capacidade de observação e de interação com os atores sociais relacionados ao estudo. Sendo assim, as técnicas utilizadas em campo nesse processo de investigação foram a observação e a entrevista, complementadas pela análise documental da Matriz de Ações destinada pelo Pronat ao Território Meio Oeste Contestado, obtida através de informações *online* do Sistema de Gestão Estratégia, disponibilizado pela SDT/MDA. Por meio da análise da Matriz de Ações do Território foram recolhidas informações secundárias para análise do destino das políticas públicas de desenvolvimento territorial em complemento à identificação das populações pobres dos municípios e do Território.

2.2 ESTRUTURA DO TRABALHO

Além desta Introdução, o trabalho está dividido em quatro partes essenciais. Na primeira apresenta-se a fundamentação teórica acerca da temática da pobreza rural, das políticas públicas desenvolvimento territorial e dos Programas Territórios de Identidade e da Cidadania. Na segunda parte são feitas a apresentação e a descrição do Território Meio Oeste Contestado e, na terceira, são expostos os resultados e discussões obtidos após a pesquisa. Já na última parte, estão descritas as conclusões baseadas nos objetivos propostos neste trabalho.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta sessão serão abordadas as questões relativas à pobreza e as políticas públicas desenvolvimento territorial que tem o propósito de superá-la, com destaque para os Programas Territórios de Identidade e Territórios da Cidadania.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POBREZA

Mesmo não sendo um fenômeno recente na maioria dos países do continente latino-americano, a pobreza mostrou ser mais consistente a partir das crises econômicas que afetaram a região na década de 1980 quando, além das deficiências estruturais do modelo de desenvolvimento econômico regional, os problemas sociais tornaram-se obstáculos reais para conformação de uma sociedade mais justa e igualitária (MATTEI, 2009).

Ainda de acordo com Mattei (2009), a partir da década de 1990, a América Latina viveu um período de grandes mudanças, especialmente na esfera econômica com a adoção de políticas comerciais liberalizantes, fazendo com que as exportações e as importações aumentassem. Porém, um dos resultados diretos do pequeno crescimento econômico regional foi uma expansão do desemprego estrutural, o qual vem acompanhado pela elevação dos níveis de informalidade e pela flexibilidade nas relações de trabalho. Este duplo movimento levou a uma redução do número de pessoas cobertas pelos programas de seguridade social, obrigando os governos a ampliar os gastos públicos na esfera social.

Neste sentido, Oliveira (2011b) afirma que o cenário internacional e o arranjo macroeconômico imposto aos países da América Latina, tornaram a situação da pobreza e das inseguranças da população mais vulnerável uma grande questão a ser equacionada. Assim, a temática da pobreza passou a ser debatida com maior frequência no meio acadêmico e em instituições multilaterais, como a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU) e o Banco Mundial, na busca por mecanismos de combate à desigualdade e à pobreza.

A fome e a pobreza não são termos equivalentes, mas representam uma das faces mais perversas do modelo de desenvolvimento da maioria dos países latino-americanos, pois concernem um grande conjunto de pessoas desprovidas de bens, excluídas socialmente e

privadas de cidadania em praticamente todos os países do referido Continente. Observa-se que as questões relativas à esta temática estão presentes na agenda dos governos nacionais, com implementação de ações em diversos países da região. Neste caso, destacam-se o Programa Fome Zero, no Brasil; o Programa Familiar, na Argentina; o Programa Família em Ação, na Colômbia; o Plano de Alimentação dos Trabalhadores, na Venezuela; o Plano Nacional de Alimentação, no Uruguai; e o Programa Chile Solidário, no Chile (MATTEI, 2009).

O estudo de Mattei (2009) conclui com a percepção de que a América Latina, não somente mostra um nível de pobreza muito superior ao seu grau de desenvolvimento, como também segue sendo a região com a maior taxa de desigualdade do mundo. Isto reforça o caráter sistêmico do problema, ao mesmo tempo em que revela os grandes desafios que ainda terão de ser enfrentados pelos governos nacionais.

Segundo Townsend (2006), desde 1880 estão sendo usadas três concepções sobre pobreza em discussões internacionais e trabalhos comparativos. Elas estão associadas às ideias de subsistência, necessidades básicas e privação relativa. A percepção de subsistência tem origem nos trabalhos de nutricionistas da era inglesa Vitoriana, tendo influenciado as políticas e práticas científicas por mais de 100 anos e ainda é usada para mensurar a pobreza em diversos países. Esta concepção considera como pobres as famílias com rendas que não sejam suficientes para obter os bens materiais necessários para manter a sobrevivência física, como roupas e outros bens. Muitas críticas foram feitas a esta visão limitada da pobreza, principalmente por aqueles que afirmam que as necessidades humanas não são meramente físicas, mas também sociais.

A segunda percepção é baseada nas necessidades básicas e emergiu nas décadas de 1960 e 1970, quando foram incluídos dois elementos centrais. O primeiro refere-se às necessidades mínimas de consumo das famílias relacionadas aos alimentos, vestuário, habitação e equipamentos das casas; enquanto o segundo elemento está relacionado aos serviços essenciais disponíveis às comunidades, como água, saneamento básico, educação, saúde, transportes e acesso aos serviços culturais. Para as populações rurais inclui-se, ainda, o acesso à terra e os equipamentos de trabalho (TOWNSEND, 2006). Para Mattei (2009), esta definição é uma extensão da concepção de subsistência porque adiciona ao debate, além da sobrevivência física, o tema dos serviços essenciais às comunidades locais, no sentido de estabelecer regras e condições para as políticas voltadas ao desenvolvimento.

A terceira concepção proposta por Townsend (2006) refere-se às privações relativas, que foram desenvolvidas no final do século XX. Esta percepção engloba a privação de recursos materiais e de serviços sociais, especialmente nas áreas de saúde, educação,

alimentação, nutrição e saneamento básico. A interpretação de pobreza relacionada às privações relativas é claramente abordada em estudos de Amartya Sen⁴. A pobreza compreende as privações de renda, de recursos materiais e de acesso aos serviços sociais. A maioria da população mundial sofre de diversos tipos de privações, sendo recusada a liberdade básica de sobreviver, com a privação de alimentos, de saneamento ou água potável, de educação ou de liberdade política e direitos cívicos. Pessoas sem liberdade política ou direitos cívicos estão privadas de liberdades fundamentais para construção de suas vidas e não podem participar de decisões importantes à vida pública. Estas liberdades permitem que as pessoas aumentem a sua capacidade (ênfatisando sua condição de agente) e reforcem umas às outras. Além disso, são fundamentais para o crescimento econômico (SEN, 2000).

Desta forma, o que as pessoas podem efetivamente realizar é influenciado pelas facilidades econômicas, com o uso de recursos econômicos para o consumo, produção ou troca; pelas liberdades políticas, que incluem os direitos civis com liberdade de escolha; pelas oportunidades sociais, como serviços básicos que permitem uma melhor qualidade de vida e mais participação da vida pública; e por condições de possibilidade, com garantias de transparência e proteção. Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem moldar seus próprios destinos, ajudando uns aos outros, não sendo vistos apenas como beneficiários passivos de políticas públicas de desenvolvimento (SEN, 2000).

O desenvolvimento necessita que se removam as principais fontes de carência de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas, ausência dos serviços públicos. Na maior parte do mundo ainda persiste a negação das liberdades básicas a um grande número de pessoas. Às vezes, a ausência dessas liberdades relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que não permite que as pessoas tenham a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico. Em alguns casos, a privação de liberdade está associada à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo, a falta de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade (SEN, 2000).

O debate sobre pobreza e as tentativas de mensuração são antigas na literatura socioeconômica, que buscava quantificar e avaliar a natureza dos problemas sociais

⁴ Economista indiano nascido em 1933 e ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998. Seus trabalhos teóricos contribuem para uma nova compreensão dos conceitos sobre miséria, fome, pobreza e bem-estar social.

engendrados pela sociedade capitalista ao longo do século XX (MELO, 2005). Para Hoffmann (1998), a distribuição das pessoas conforme seu rendimento ou a distribuição das famílias conforme o rendimento familiar privilegia a abordagem de pobreza quando se dispõe apenas de informações sobre a renda destas pessoas. Medeiros (2003) confirma esta visão quando afirma que a maioria dos estudos atuais sobre distribuição de renda no Brasil refere-se a uma dimensão pessoal, obtida a partir das rendas do trabalho. As outras dimensões, tais como, a parcela salarial no produto e sua relação com os preços relativos e as margens de lucro são raramente analisadas na literatura contemporânea.

De acordo com Melo (2005), a natureza polêmica dos estudos sobre a pobreza levou as instituições internacionais a propor que estes trabalhos baseassem suas comparações e propostas de políticas públicas a partir da definição de linhas de pobreza relacionadas ao consumo e a renda. Assim, fixou-se um limiar de US\$ 1 por dia por pessoa, baseado na paridade do poder de compra de 1985. Porém, muitos estudos contestam as medidas baseadas na renda por considerarem insuficientes para explicar um fenômeno complexo como a pobreza.

Mesmo considerando outras carências sociais e econômicas vividas pelas famílias pobres, a renda tornou-se a principal referência para medir a pobreza. Afinal, em uma situação de crise de emprego, a ausência de renda, em uma sociedade na qual o consumo é viabilizado especialmente pelo acesso à moeda através do trabalho, coloca a sobrevivência imediata em situação de risco explícito (DEDECCA; BUAINAIN; NEDER, 2011).

Nos anos 1990, o PNUD apresentou um índice para mensurar as condições de vida nos diferentes países, que ficou conhecido como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo divulgado pela primeira vez em 1990. O IDH é um indicador baseado na média aritmética simples de três indicadores relativos a aspectos da condição de vida: esperança de vida ao nascer, educação e Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. O objetivo da sua elaboração é oferecer um contraponto ao PIB *per capita*, que é um indicador de desempenho econômico muito utilizado até então para avaliar o desenvolvimento, pois mostra apenas a capacidade de geração de renda de uma determinada economia (MELO, 2005).

A este propósito, Zandonai (2005) afirma que existem muitas críticas sobre os conceitos e medidas de pobreza que refletem as limitações dos indicadores usualmente empregados por órgãos públicos e pela sociedade civil para a avaliação da pobreza em um país ou em uma comunidade. Isso ocorre porque a pobreza é um fenômeno multidimensional. Pobre é aquele indivíduo que sofre com várias privações não-comensuráveis, por exemplo: alimentação, habitação, saúde, educação e lazer. Porém, outros problemas surgem dentro da

dimensão de renda e que possuem uma grande relação com esferas do desenvolvimento humano.

Conforme Spicker (1999 apud ZANDONAI, 2005, p. 13), “a pobreza pode ser interpretada como: necessidades de padrão de vida, insuficiência de recursos, carência de segurança básica, falta de titularidades, privação múltipla, exclusão, desigualdade, classe, dependência e padecimento inaceitável”. Zandonai (2005) ressalta que o uso da categoria “padrão de vida” não se refere apenas a privações predeterminadas, mas também à carência de bens e serviços materiais requeridos para viver e estar integrado como membro da sociedade. Desta forma, a mensuração da pobreza pode ser feita com indicadores quantificáveis. Independente dos indicadores particulares utilizados para o processo de medida, uma avaliação da pobreza sempre contempla dois elementos básicos: a identificação das pessoas pobres e sua agregação em uma medida qualquer. O autor sugere a divisão da sociedade em grupos através de uma medida agregada para facilitar a sistematização e a caracterização destas pessoas.

Neste sentido, Henriques (2000) afirma que não basta identificar e agregar indicadores de necessidades econômicas, padrão de vida e insuficiência de recursos. Para estas opções, os indicadores de bem-estar mais utilizados têm sido a satisfação de certas necessidades econômicas, o consumo de bens e a receita disponível. Para Zandonai (2005, p. 14), “é importante entender o papel da dimensão renda como uma das múltiplas formas de manifestação da pobreza, evitando negá-la de todo ou aceitá-la por completo”.

Segundo Sen (2000), a pobreza também pode ser vista como uma privação de capacidades básicas em vez de simplesmente como um baixo nível de renda. Claro que é a renda é um aspecto fundamental na definição de pobreza, pois a falta de renda é uma condição para se ter uma vida pobre e pode levar à privação de algumas capacidades. Os argumentos a favor da abordagem da pobreza como privação de capacidades são que a abordagem centra-se em privações que são intrinsecamente importantes, que na privação de capacidades há outras influências além do rendimento e que a relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades, famílias e indivíduos.

Essa diferente relação entre rendimento e capacidade é afetada pela idade, sexo, papel social, localização e outras variações sobre as quais uma pessoa não tem controle. Também pode haver uma acumulação de desvantagens entre a privação de rendimento e adversidade na conversão de renda em funcionamento. Ou seja, precisamos considerar a ocorrência de uma doença e as limitações de uma pessoa mais velha. Além disso, a distribuição da renda dentro de uma família dificulta a análise baseada no rendimento

doméstico. Da mesma forma, ser pobre em um país rico, pode ser uma grande desvantagem em capacidades, mesmo quando a renda absoluta é elevada em relação aos padrões mundiais. Essa perspectiva de capacidades proporciona uma melhor análise da natureza e das causas da pobreza e privação, desviando a atenção dos meios para os fins. O rendimento é um meio importante para se obter capacidades, que, por sua vez, aumentam o potencial de uma pessoa ser mais produtiva e ter uma renda maior (SEN, 2000). Assim, fica evidente que rendimento e aumento de capacidades são complementares: é uma via de mão-dupla, onde tudo está interligado.

Um bom exemplo é o da educação e do acesso aos serviços de saúde. Ambos contribuem diretamente para um aumento na qualidade de vida das pessoas, mas também aumentam a capacidades destas pessoas obterem renda. A relação entre pobreza de renda e pobreza de capacidades é clara. Porém, não se podem basear políticas públicas de combate à pobreza apenas com a redução da pobreza de renda. É preciso entender a pobreza e a privação de vida que as pessoas podem realmente levar e as liberdades que realmente possuem (SEN, 2000).

Afora esse debate mais geral sobre a definição e compreensão da noção de pobreza, diversos estudos detectam as especificidades da pobreza rural. Neste contexto, o próximo item aborda os principais aspectos referentes a essa temática.

3.2 POBREZA RURAL

Mattei (2009) afirma que o avanço da pobreza pode ser explicado pela forte retração que ocorreu nas atividades econômicas na década de 1980, além dos desajustes no cenário externo, onde a questão da dívida externa exerceu todas suas influências negativas sobre a maioria dos países. Com isso, a combinação de instabilidade financeira externa com baixo crescimento econômico interno agravou a questão do emprego e da renda e deteriorou ainda mais as já precárias condições sociais. O resultado ao final da referida década foi uma expansão sem precedentes dos índices de pobreza, tanto nas áreas urbanas quanto rurais.

Ao analisar a pobreza do ponto de vista espacial, Oliveira (2011b) destaca a maior concentração deste fenômeno nas áreas rurais dos países latino-americanos. Isto ocorre pela carência de infraestrutura e acesso a bens e serviços de uso coletivo, que já estão disseminados na maioria dos centros urbanos. Desta forma, as populações rurais devem ser o

foco de preocupações, pois se apresentam mais suscetíveis e fragilizadas no que diz respeito à pobreza e inseguranças.

De acordo com o World Development Report (2008 apud OLIVEIRA, 2011b), a diminuição da pobreza nas áreas rurais tem sido um elemento determinante na redução agregada da pobreza. Pelo fato de grande parcela da pobreza mundial se concentrar nas áreas rurais, deve-se destacar o papel fundamental da agricultura como instrumento para o desenvolvimento das áreas rurais e para a erradicação da fome e extrema pobreza.

Segundo Oliveira (2011a), é muito importante a identificação e a mensuração da pobreza rural sob o aspecto multidimensional. Nestas áreas é considerada a parcela dos rendimentos não monetários no total dos rendimentos das famílias, provenientes de atividades de produção para o autoconsumo, aspecto tradicional das famílias rurais que não se inserem nos mercados agrícolas como produtores. Além disso, é quase impossível a mensuração desta parcela da renda, pois inexitem no Brasil estatísticas confiáveis sobre rendimentos de autoconsumo, como é explicado na citação a seguir:

Desta forma, os indicadores de pobreza para as áreas rurais baseados estritamente na condição de insuficiência de renda tendem a superestimar a quantidade de pessoas e domicílios pobres, na medida em não consideram o valor dos rendimentos de autoconsumo no cálculo da renda per capita domiciliar. E isto ocorre de forma mais intensa nas áreas rurais mais pobres, onde a relação rendimento de autoconsumo/rendimento total é mais elevada (OLIVEIRA, 2011a, p.14).

Para Dedecca, Buainain e Neder (2011) existe uma ampla desvantagem socioeconômica da população pobre rural em relação à média da população brasileira, sendo mais visível quando se compara com a situação da população não pobre. Se ao longo desta década foi possível instituir no Brasil um movimento constante de redução da pobreza a partir da transferência de renda, não se pode fazer a mesma afirmação quando se analisa outras dimensões relacionadas ao acesso de bens, serviços públicos e ao mercado de trabalho. Neste sentido, é preciso realizar uma ampliação das políticas sociais para que seja alcançada uma redução da desigualdade dos indicadores socioeconômicos entre pobres e não pobres rurais.

Algumas iniciativas se encontram em curso, como a articulação entre as políticas de transferência de renda e de educação fundamental e o Programa Territórios da Cidadania. Mas o desafio exige um investimento mais expressivo das políticas públicas, tanto na ampliação de sua cobertura, quanto na articulação das suas ações (DEDECCA; BUAINAIN; NEDER, 2011, p. 33).

Do ponto de vista econômico, o Brasil é o país mais dinâmico e desenvolvido da América Latina. Contudo, a realidade do meio rural brasileiro está em patamares similares aos

do México, Colômbia, Panamá e República Dominicana. Esses países têm taxas de pobreza que variam entre 40 e 50 % de sua população rural. Porém, assim que igualamos os países em números absolutos de pobreza rural, o Brasil aparece com o maior contingente de pessoas em situação precária de vida, mesmo se adotarmos indicadores baseados apenas na renda (VALADARES et al., 2010).

Ao se examinar as características da pobreza rural da parte mais desenvolvida do país, o que mais chama a atenção é sua forte ligação com a agropecuária, reforçando a noção de que a agricultura não é a única atividade econômica existente no meio rural. A agricultura familiar é um setor muito importante para economia do país, mas os segmentos rurais ocupados em outras atividades podem ter uma renda média maior que a dos trabalhadores agrícolas (MATTEI; MALUF, 2011).

Segundo Valadares et al. (2010), quando identificamos a situação da pobreza rural no Brasil a partir da condição de atividade dos indivíduos e da categoria ocupacional, é possível perceber a heterogeneidade de situações a partir das quais a pobreza é identificada. Cerca de 47 % dos desocupados em áreas rurais são pobres. Este indicador aponta as dificuldades de um modelo de desenvolvimento agrícola intensivo em capital e concentrador de terras, perante uma possibilidade de desenvolvimento mais inclusivo, baseado na democratização do acesso à terra como eixo central da geração de trabalho e renda no campo. Além disso, 38 % dos trabalhadores por conta própria e familiares não remunerados também se encontram na linha de pobreza, condição que está ligada, entre outros fatores, à reprodução de minifúndios entre os agricultores familiares, inviabilizando a sustentabilidade econômica e social do modelo de produção baseado em pequenas propriedades. Cabe ainda ressaltar o alto percentual de assalariados vinculados ao setor privado (28 %) em condição de pobreza. O autor acredita que a baixa educação formal tenha alguma relevância para a depreciação do valor da força de trabalho, embora a precarização das relações de trabalho no momento atual não seja privilégio do setor menos escolarizado da sociedade.

Mattei e Maluf (2011) afirmam que a pobreza é um fator limitante da cidadania e que deve ter prioridade na agenda dos governos, pois não haverá democracia nem cidadania se a pobreza e as desigualdades sociais não forem eliminadas. Através do exercício da democracia e cidadania aumenta-se a possibilidade de um trabalhador rural ter acesso a um lote de terra que lhe garanta a subsistência básica como casa e alimentação, além de acesso a bens públicos essenciais como educação e assistência técnica e a linhas adequadas de crédito.

Ainda segundo Mattei e Maluf (2011), a pobreza rural está fortemente relacionada ao nível insuficiente de rendimento, à falta de acesso a bens e serviços, à negação de direitos

básicos e à indiferença da sociedade, que contribui para o processo de exclusão social. Além disso, nosso país possui um histórico que explica a pobreza rural devido as condições de acesso à terra, concentração fundiária, urbanização acelerada, acesso e participação nos mercados e oportunidades de trabalho.

Após realizar uma contextualização sobre a pobreza rural, no próximo item, será apresentada a relação desta temática com políticas públicas, enfatizando as de desenvolvimento territorial, que são o enfoque deste trabalho.

3.3 POBREZA E POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com Mattei e Maluf (2011), um grande problema ao estimar quanto da população é enquadrada na linha da pobreza é a heterogeneidade do custo de vida brasileiro. A produção para autoconsumo é mal mensurada em termos monetários e se deveria considerar a relação de habitação e trabalho específica para o meio rural. A relação entre pobreza e condições monetárias já foi discutida nos tópicos anteriores.

Desta forma, é fundamental que pesquisas que servem de base para o desenvolvimento de políticas públicas com enfoque na pobreza rural levem em consideração o aspecto do novo rural brasileiro, com suas limitações e problemas, principalmente em relação à posse de terras. Tais fatos são abordados com clareza em Cazella e Búrigo (2011), onde é possível compreender que novas políticas públicas estão dando importância à pobreza rural, porém ainda possuem um precário conhecimento das especificidades das famílias que habitam e trabalho nesse espaço.

Salama (2010) questiona a eficácia das políticas de assistência no combate à pobreza rural, afirmando que esse tipo de política não consegue complementar as de despesas sociais de maneira sustentável. Mas, assim como Cazella e Búrigo (2011), afirma que a eficácia destas políticas está associada ao conhecimento das necessidades específicas do pobre rural. O importante é que elas estimulem o protagonismo dos atores sociais, com enfoque na agricultura familiar, planejamento bem estruturado e prioridades definidas.

As novas condições propostas para as políticas de combate à pobreza, nos anos 80 e 90, foram fortemente marcadas pelas noções de monetização e de incentivo. A associação do problema à renda e a necessidade ampliar os instrumentos de transferência direta em substituição àqueles de natureza indireta tiveram ênfase nos documentos de formulação de

políticas de combate à pobreza das instituições internacionais, em especial do Banco Mundial (DEDECCA; BUAINAIN; NEDER, 2011). Salama (2010) afirma que medir a pobreza sob seu próprio aspecto monetário pode privilegiar a renda monetária e a avaliar mal as causas estruturais da pobreza.

As políticas de combate à pobreza no Brasil nas últimas décadas estiveram assentadas mais no que se entende por políticas compensatórias e assistencialistas, do que em políticas sustentáveis (ARBACHE, 2003). Para esse mesmo autor, talvez o caso mais representativo das políticas sociais do período sejam os programas dirigidos aos efeitos da seca do nordeste, na fome e pobreza, que ao longo de décadas, nunca criaram alternativas sustentáveis para o problema. Esse fenômeno parece estar ligado ao uso político das medidas assistencialistas, que foram e ainda são utilizadas em proveito próprio, dando origem a inúmeras formas de corrupção e exploração da pobreza. Uma possível explicação para a insistência em ações compensatórias de combate à pobreza são os seus efeitos de curto prazo, que contrastam com aqueles de políticas estruturais, cujas consequências são sentidas no longo prazo, o que pode desestimular os políticos a adotarem essa perspectiva.

Uma mudança ocorrida na formulação das políticas brasileiras de combate à pobreza foi a instituição do Programa Bolsa Família. Este programa possui, ao menos, duas diferenças em relação às demais políticas assistenciais brasileiras. A primeira delas é que, diferente das políticas estabelecidas na Constituição Federal, trata-se de uma política de governo, não havendo nenhuma garantia legal da sua permanência entre um mandato presidencial e outro. A segunda diferença é que ele acaba com a referência de que os beneficiários de programas assistenciais deveriam ser os incapacitados ao trabalho (por exemplo: os idosos, deficientes, crianças, mulheres com filhos). O benefício pode ser concedido àqueles que não têm renda mínima, incluindo os que trabalham, mas não conseguem garantir a sua sobrevivência (JACCOUD, 2009).

De acordo com Lacerda (2011), como a pobreza no Brasil é comumente mensurada e analisada com base em linhas de pobreza monetárias, o efeito das políticas públicas é a redução da pobreza monetária. No meio rural, as consequências dessas políticas são mais visíveis, como pode ser observado na citação abaixo:

Com considerável percentual da população formado por idosos que trabalharam em regime de agricultura familiar, a universalização no acesso à aposentadoria para os trabalhadores da agricultura familiar permitiu a redução da volatilidade dos rendimentos das famílias nas áreas rurais (LACERDA, 2011, p. 17).

É inevitável perceber uma redução da pobreza ao longo do atual governo e do antigo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). O Brasil cresceu economicamente, com valorização dos salários, fortalecimento de políticas de apoio aos agricultores familiares e ampliação das políticas públicas de transferência de renda. No setor dos pequenos agricultores as estratégias do governo visam a promoção do acesso à terra por meio da continuação da reforma agrária, da segurança alimentar e da geração de renda e emprego; o desenvolvimento de zonas semi-áridas; promoção do crescimento no setor não agrícola, especialmente a agroindústria, processamento e serviços; o envolvimento do setor privado e do acesso a mercados mais amplos para microempresas; e investimento em infraestrutura social, especialmente na eletrificação rural (MATTEI; MALUF, 2011).

Segundo os autores acima citados, as estratégias para enfrentamento da pobreza rural são apresentadas de forma simples e compreendem políticas sociais, políticas de acesso aos recursos naturais e políticas de inclusão produtiva, destacando a geração de emprego e renda com o desenvolvimento de atividades produtivas (agrícolas e não agrícolas). Nesse aspecto é possível entender o importante papel da multifuncionalidade e da pluriatividade no meio rural. Cazella e Búrigo (2011) falam da importância de políticas que recompensam os agricultores não só pelo papel de produção de alimentos e matérias-primas, mas também pelas funções de preservação ambiental, inserção e manutenção do tecido social em territórios rurais distantes dos grandes centros urbanos, normalmente desprovidos de serviços públicos básicos e de qualidade.

Em uma situação de fraqueza das condições de financiamento das políticas públicas, houve o estímulo aos programas de combate à pobreza com maior foco na transferência direta de renda e, conseqüentemente, com menor presença do Estado na gestão e na oferta de políticas públicas de proteção social. Desta forma, o resultado foi a desarticulação da política de combate à pobreza com as demais políticas sociais. Assim, a dependência das famílias da transferência de renda não assumiu um caráter transitório, mas permanente (DEDECCA; BUAINAIN; NEDER, 2011).

O Brasil possui uma complexa estrutura institucional de políticas sociais. Para Dedecca, Buainain e Neder (2011) em comparação com a maioria dos países desenvolvidos, é possível dizer que apenas dois pilares não estão presentes nesta estrutura: os subsídios à habitação e ao transporte público. É visível a debilidade da cobertura de vários dos programas, mas não se pode desconsiderar que o país reúne um conjunto abrangente de políticas sociais, que o diferencia de outras nações em desenvolvimento e mesmo de algumas desenvolvidas, como os Estados Unidos. A concepção da transferência de renda apresentou ao

Brasil a instituição de referência para a estruturação das diversas ações de política sociais apontadas ao combate à pobreza.

De acordo com Valadares et al. (2010), a inclusão dos assentados em programas de aquisição pública da produção - Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - tem propiciado a organização coletiva, sem endividamento, induzindo a melhoria dos cultivos e garantindo a segurança e renda monetária. Também tem colaborado para que os agricultores familiares, assentados ou não, diversifiquem seus cultivos e incorporem novos produtos na dieta familiar. A garantia de compra pública ajuda a manter o nível de remuneração e reduz a dependência dos produtores em relação aos intermediários. Uma política pública de compras e garantia de preços tem efeito estruturante para o planejamento e diversificação da produção e para a aplicação mais conscienciosa de métodos de produção mais eficazes e menos nocivos ao meio ambiente, em virtude dos padrões de qualidade exigidos para a composição da merenda escolar.

A participação dos agricultores nos programas públicos de aquisição de alimentos obriga a auto-organização coletiva, sendo que os efeitos positivos ultrapassam os ganhos econômicos, além de ter sentido político e social bem mais abrangente. Tais cooperativas e associações não funcionam estritamente como empresas, pois conformam redes sociais produtivas, que permitem aos agricultores desenvolver uma percepção do caráter social do trabalho e da natureza de empreendimento coletivo que caracteriza um assentamento de reforma agrária (VALADARES et al., 2010).

Desta forma, ressalta-se a necessidade do país passar a contar com uma estratégia de combate à pobreza de natureza multidimensional, que procure estimular a articulação e integração dos programas e das ações das políticas sociais, ampliando suas complementaridades e superando o estado atual de fragmentação que marca sua estrutura e sua gestão (DEDECCA; BUAINAIN; NEDER, 2011). Para Sen (2000), a perspectiva multidimensional da pobreza pode ser vista como um avanço para o pensamento científico da pobreza, desde que permite maior compreensão da questão, inclusive por parte dos organismos internacionais que se dedicam à promoção e ao estudo do desenvolvimento socioeconômico entre as diversas populações. Assim, nota-se que a análise da pobreza pode começar com as informações sobre renda, mas não deve terminar nelas apenas. O propósito de enfrentar a pobreza nos seus aspectos multidimensionais apresenta uma correlação com as políticas públicas de desenvolvimento territorial.

3.3.1 Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial: desafios para contemplar segmentos pobres do meio rural

Atualmente, no Brasil, o debate sobre o desenvolvimento territorial baseia-se “na observação da persistência interligada da pobreza rural e da desigualdade social e regional, e enquadra-se na discussão mais ampla sobre o desenvolvimento econômico e sustentabilidade” (DELGADO; LEITE, 2011, p. 89). Assim, o conceito de território reflete as disputas existentes entre diferentes estratégias, como aquela que ressalta o processo de crescimento econômico com forte capacidade exportadora na área agrícola ou, ainda, outra que valorize os processos de desenvolvimento sustentável ligado à ideia de justiça e/ou igualdade social.

Na explicação realizada por Sachs (2004), o crescimento econômico é necessário ao desenvolvimento, mas não é suficiente para que as pessoas tenham uma vida melhor e mais feliz. Neste mesmo contexto, Veiga (2005) afirma que no crescimento econômico as transformações são quantitativas e no desenvolvimento são qualitativas.

Para Sachs (2004, p. 36), o desenvolvimento sustentável “obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica”. Para tanto, os pilares do desenvolvimento sustentável são o social, o ambiental, o territorial, o econômico e o político.

A abordagem territorial do desenvolvimento obriga considerar vários aspectos que constituem os territórios que, por definição, são caracterizados pela singularidade, entendida não como o isolamento ou abandono da relação local/global, mas como afirmação das particularidades locais em face do caráter homogeneizante da globalização (MEDEIROS; DIAS, 2011).

Os conceitos de território e de desenvolvimento territorial têm sido amplamente utilizados pelos pesquisadores que estudam os processos de desenvolvimento rural no Brasil. A partir destes conceitos, visualizam uma melhor forma de aproveitamento dos recursos e potencialidades de cada região. Esta nova abordagem para o desenvolvimento dos espaços rurais permitiria o rompimento com o caráter setorial das políticas públicas e das intervenções do Estado (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2010, p. 07).

Medeiros e Dias (2011) ressaltam que a discussão sobre o tema do desenvolvimento rural deve se basear na noção de territorialização do desenvolvimento, buscando entender o papel das particularidades locais diante das estratégias de globalização

econômica. Porém, não se trata de considerar apenas a questão da governança descentralizada ou da implementação e do controle social descentralizados de políticas públicas específicas, mas de levar em conta os aspectos da dinâmica econômica e social dentro do território (DELGADO; BONNAL; LEITE, 2007).

Segundo Abramovay (2010), a noção de território favorece o progresso nos estudos das regiões rurais em pelo menos quatro dimensões: i) a primeira sugere abandonar o horizonte estritamente setorial, que considera a agricultura como um único setor e os agricultores como os únicos atores do meio rural; ii) a segunda impede a confusão entre crescimento econômico e processo de desenvolvimento; iii) a terceira trata do estudo empírico dos atores e de suas organizações; iv) a quarta dimensão se refere ao fato do território ressaltar a maneira como uma sociedade, em sua organização produtiva, utiliza os recursos que possui e, portanto, como considera a relação entre sistemas sociais e ecológicos.

De acordo com Delgado e Leite (2011), a ideia dos programas territoriais é garantir que as etapas de desenvolvimento envolvam muitas dimensões, onde cada uma contribui de uma forma para o conjunto do território em áreas distintas. A abordagem territorial é justificada por vários motivos, entre os quais:

- a) o rural não se resume ao agrícola; b) a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento e a escala estadual é excessivamente ampla; c) a necessidade de descentralização das políticas públicas; d) o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições, estabelecendo iniciativas voltadas para o desenvolvimento (DELGADO; LEITE, 2011, p. 91).

As políticas públicas de desenvolvimento territorial apresentam novidades em relação às abordagens mais tradicionais do desenvolvimento rural, pois “a tradição das políticas públicas se constituiu associando o rural ao agrícola, a ideia de território sugere uma ampliação para o conjunto de setores e de atividades” (MDA, 2005, p. 06). Essa política representou um avanço considerável ao implementar um formato institucional mais adequado ao aumento da capacidade de participação social dos atores no processo de diálogo, negociação, representação e planejamento de políticas públicas, desenvolvendo atributos da capacidade governativa e da gestão social dos processos de desenvolvimento. No tópico seguinte será feita uma síntese do processo de criação da política de desenvolvimento territorial no interior do MDA e, posteriormente, da tentativa de expansão desse enfoque para pensar as intervenções interministeriais de forma articulada.

3.4 PROGRAMAS TERRITÓRIOS RURAIS DE IDENTIDADE E TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Os primeiros componentes da política pública de desenvolvimento territorial foram introduzidos no último período do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), através da destinação de parte dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Infra-Estrutura⁵ e Serviços Municipais, que tinha como objetivo a melhoria nas condições de produção e de infraestrutura nos municípios rurais, onde a agricultura familiar representa um papel estratégico na economia local (FAVARETO, 2010).

Essa linha do Pronaf foi criada em 1996 e funcionou no período de 1997 a 2002. De acordo com Delgado, Bonnal e Leite (2007), priorizava a criação de conselhos, como os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) com o propósito de garantir a representatividade das comunidades e dos produtores. Em alguns casos, essa representatividade foi apropriada pelo poder local, ou seja, pela prefeitura.

Em 2003, no início do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a SDT ampliou fortemente essas políticas através da associação do Pronaf Infra-Estrutura e Serviços Municipais à noção de desenvolvimento territorial. Com isso, o município deixou de ser a unidade de referência dessa linha de crédito e a escala territorial, intermediária às escalas municipal e estadual, passou a ser priorizada. Logo, essa linha do Pronaf deu origem ao Programa Territórios Rurais de Identidade.

A Secretaria passou a atuar com base na ideia de Territórios Rurais e adotou os seguintes critérios para identificá-los: i) conjunto de municípios com densidade populacional menor que 80 habitantes/km² e com população de até 50 mil habitantes; ii) maior concentração do público prioritário do MDA: agricultores familiares, famílias assentadas pela reforma agrária, agricultores beneficiários do reordenamento agrário, o que caracteriza maior intensidade de demanda social (SDT, 2005).

Em 2003, quando o MDA iniciou o processo de conformação de Territórios Rurais, foram criados órgãos colegiados como a Comissão de Instalação das Ações Territoriais (CIAT) e o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) e, fortalecidos os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural (CEDR) e CMDR, com o

⁵ De acordo com o novo acordo ortográfico brasileiro, não se emprega hífen em palavras em que o prefixo ou pseudoprefixo termina em vogal e o segundo termo inicia-se com vogal diferente, porém optou-se em manter o nome original do programa estudado.

objetivo de estimular a participação dos atores sociais na elaboração e execução das políticas, de modo a combater a pobreza rural e garantir melhores condições de vida na agricultura (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2010).

Em 2010, o Programa Territórios Rurais de Identidade atuava em 164 territórios em todo país, apoiando a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa. O objetivo é garantir o atendimento às necessidades básicas da população, bem como acelerar processos locais e sub-regionais que ampliem as oportunidades de geração de renda de forma descentralizada e sustentável, articulados às redes de apoio e cooperação solidária (MDA, 20--).

Uma das ferramentas do Programa Territórios Rurais de Identidade para aplicação de recursos financeiros é o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), atualmente Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), que também derivou do antigo Pronaf Infra-Estrutura e Serviços Municipais (1997 a 2002) e do amadurecimento de que as políticas públicas para o meio rural deveriam ser planejadas numa escala mais ampla que o município.

A articulação envolvendo municípios de uma mesma região na constituição de um Território para participar do Pronat iniciou em 2004. O Pronat teve sua Portaria Nº 05 oficializada em 18 de julho de 2005. Essa portaria, emitida pela SDT, reconhece a seleção, alteração e administração desses Territórios.

O Pronat é focado exclusivamente no segmento da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais, promovendo a definição de projetos coletivos territorializados criados pelos atores sociais segundo suas características socioculturais. Os mecanismos de atuação do Estado neste programa seguem uma lógica de seleção para intervenção. Desta forma, as áreas rurais com elevados graus de pobreza rural são listadas e identificadas a partir de critérios antecipadamente selecionados pela esfera federal, com o intuito de serem receptoras de esforços mais concentrados de superação da pobreza e dinamização econômica (BONNAL; KATO, 2011).

O objetivo do Pronat é “melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares e das comunidades rurais, mediante o apoio localizado das iniciativas dos atores sociais organizados” (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2010, p. 10). Para alcançar esse objetivo, o MDA propôs a indução dos processos de desenvolvimento rural através da aprovação e do financiamento de projetos empreendidos pelos atores locais. Para estas ações o programa prevê a cooperação entre atores da sociedade civil organizada e atores do poder público.

De acordo com Freitas, Freitas e Dias (2010), para garantir a integração dos atores sociais e a identidade do Território, a política do MDA prevê a participação popular a partir de uma ou mais esferas de abrangência regional. Desta forma, surgem diversos espaços institucionais de participação social nos Territórios Rurais com o intuito de envolver os atores sociais na dinâmica de gestão das políticas e do desenvolvimento da região. A gestão social do Território determina que os atores tenham espaço para expressar opiniões e sugestões, que participem diretamente de iniciativas, colaborando assim com as propostas e estratégias de desenvolvimento.

No processo de identificação dos Territórios Rurais de Identidade, o Governo Federal percebeu que alguns estavam economicamente mais fragilizados que outros e, portanto, necessitavam de uma atenção emergencial, com ações articuladas por parte do Estado. Para enfrentar o desafio de melhorar a qualidade de vida dos brasileiros que vivem em regiões menos favorecidas, principalmente no meio rural, o Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania.

Segundo Bonnal e Kato (2011), este Programa é um desdobramento do Programa Territórios Rurais de Identidade do MDA e surgiu com o propósito de articular em torno de um mesmo Território um amplo conjunto de políticas públicas. O Programa Territórios Rurais de Identidade é mais abrangente e a maioria dos Territórios da Cidadania equivale aos Territórios de Identidade. Em Santa Catarina, por exemplo, tem oito Territórios Rurais de Identidade e, destes, apenas dois são Territórios da Cidadania.

Já Favareto (2010) afirma que o Programa Territórios de Cidadania emergiu em 2007, durante a elaboração do Plano Pluri Anual (PPA), e foi lançado pelo Governo Federal em 2008, agrupando ministérios e com expressivo montante de recursos, sob a coordenação da Casa Civil. Para Favareto (2010, p. 56) “o programa foi apresentado como uma tentativa de integrar e dar coesão a um conjunto de ações, antes dispersas em diversas estruturas do Poder Executivo”. Ainda segundo o mesmo autor, esse programa é visto como complemento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e um sinal de que o rural passa a ter prioridade.

O Programa Territórios da Cidadania tem como objetivos “promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável” (SDT, 2009, p. 04). Neste sentido, Leite e Wesz Junior (2011) afirmam que o Programa possui destaque no combate à pobreza e na conquista de cidadania através da intervenção governamental, ou seja, com a mobilização de

22 ministérios no âmbito de planejarem suas ações de modo a implementarem as políticas públicas de forma integrada e articulada.

Desta forma, a participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia. Maiores que o município e menores que o estado, “os Territórios demonstram, de forma mais nítida, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade. Isso facilita o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento dessas regiões” (SDT, 2009, p. 04). Como é possível observar na Figura 1, em 2008 foram atendidos 60 Territórios da Cidadania em todo o país e em 2009, houve a ampliação para 120 Territórios.

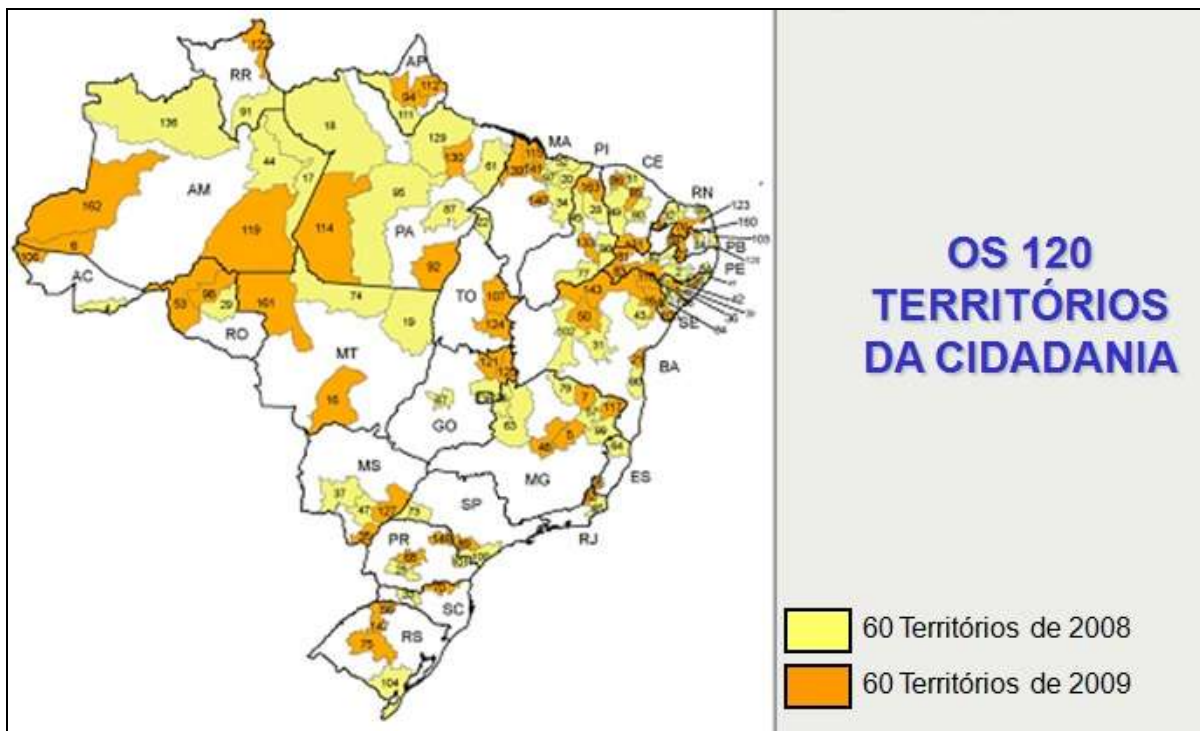


Figura 1. Territórios da Cidadania no Brasil.

Fonte: SDT, 2009.

Na Tabela 1 está apresentada a abrangência dos 120 Territórios que compõe o Programa Territórios da Cidadania.

Tabela 1. Abrangência dos 120 Territórios do Programa Territórios da Cidadania.

Informação	Abrangência do Programa	Relação ao Brasil
Municípios beneficiados	1.852 municípios	33 % dos municípios
População	42,4 milhões	23 % da população
População rural	13,1 milhões	46 % da população rural
Agricultores familiares	1,9 milhão	46 % dos agricultores familiares
Assentados da reforma agrária	525,1 mil famílias	67 % dos assentados
Pescadores	210,5 mil	54 % dos pescadores
Comunidades quilombolas	810 comunidades	66 % das comunidades
Terras indígenas	317 terras	52 % das terras indígenas

Fonte: Adaptado de SDT, 2009.

De acordo com o Decreto (sem número) de 25 de fevereiro de 2008 (BRASIL, 2008), o Programa Territórios da Cidadania procura a superar a pobreza e as desigualdades sociais no meio rural, incluindo as de gênero, raça e etnia, através de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Assim, um dos critérios adotados para definição e priorização dos Territórios da Cidadania é ser um Território Rural do Pronat, do MDA, apresentar baixo IDH, maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família, maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas, maior número de municípios com baixo dinamismo econômico, convergência de programas de apoio ao desenvolvimento de distintos níveis de governo, maior concentração de municípios de menor Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDB) e, pelo menos, um Território por estado da federação.

3.5 GESTÃO E PLANEJAMENTO DOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

O modelo de gestão dos Territórios da Cidadania envolve três esferas de poder: o Comitê Gestor Nacional, o Comitê de Articulação Estadual e o Colegiado Territorial. Neste Programa, os Colegiados foram estruturados a partir do que já existia do Programa Territórios de Identidade. Segundo a SDT (2009), o Comitê Gestor Nacional congrega os Ministérios parceiros do Programa Territórios da Cidadania, define os Territórios atendidos, aprova diretrizes, organiza as ações federais e avalia o Programa. No total são 22 ministérios mobilizados e diversas instituições públicas implicadas:

- Casa Civil.
- Secretaria Geral da Presidência da República.
- Planejamento.
- Secretaria de Relações Institucionais.
- Minas e Energia.
- Saúde/Fundação Nacional de Saúde (Funasa).
- Integração Nacional.
- Trabalho e Emprego.
- Meio Ambiente.
- Cidades.
- Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).
- Desenvolvimento Social.
- Educação.
- Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial.
- Ministério da Pesca e Aquicultura.
- Justiça/Fundação Nacional do Índio (FUNAI).
- Comunicações.
- Ciência e Tecnologia.
- Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- Cultura.
- Banco do Brasil (Fazenda).
- Banco da Amazônia (Fazenda).

- Caixa Econômica Federal (Fazenda).
- Banco do Nordeste do Brasil (Fazenda).
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Desenvolvimento e Comércio Exterior).

Já o Comitê de Articulação Estadual é composto pelos órgãos federais que atuam no Estado, pelos órgãos estaduais indicados pelo Governo do Estado e por representantes das prefeituras dos Territórios. Esse comitê auxilia na organização dos Territórios, promove a articulação e a integração de políticas públicas e acompanha a execução das ações do Programa. Por fim, o Colegiado Territorial, composto pelo mesmo número de representantes governamentais e pela sociedade civil organizada em cada Território. O Colegiado é o espaço de discussão, planejamento e execução de ações para o desenvolvimento do Território, onde se define o plano de desenvolvimento do Território, identifica necessidades, ajusta a agenda de ações, promove a integração de esforços, discute alternativas para o desenvolvimento do Território e exerce o controle social do Programa. De forma resumida, as atribuições do Colegiado são as seguintes: dar ampla divulgação sobre as ações do Programa; identificar demandas locais para o órgão gestor priorizar o atendimento; promover a interação entre gestores públicos e conselhos setoriais; contribuir com sugestões para qualificação e integração de ações; sistematizar as contribuições para o Plano Territorial de Ações Integradas; exercer o controle social do Programa (SDT, 2009). Na Figura 2 é possível identificar como funciona a articulação destas três esferas de poder na gestão dos Territórios.

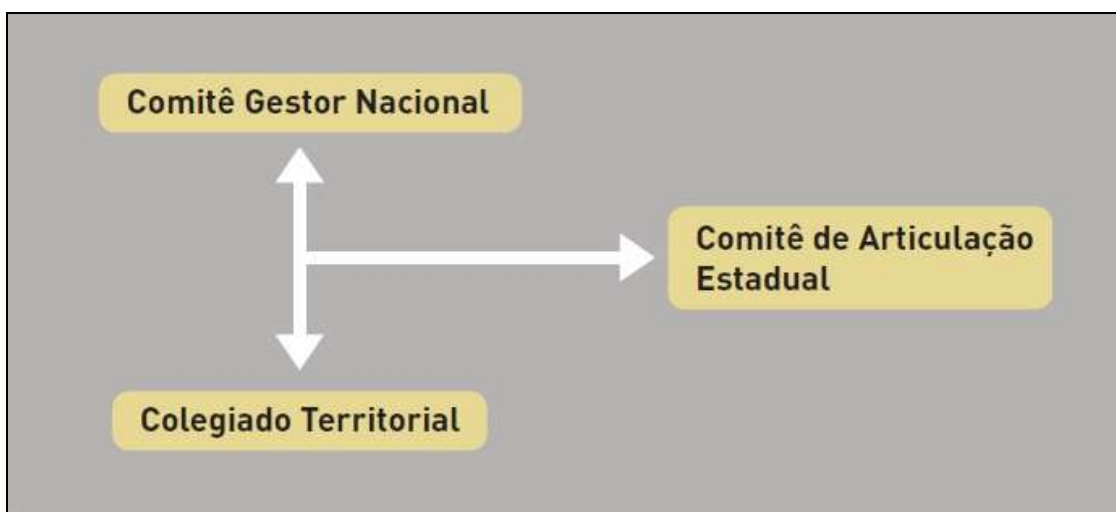


Figura 2. Articulação da gestão dos Territórios da Cidadania.

Fonte: SDT, 2009.

Alguns Colegiados Territoriais do Programa Territórios da Cidadania não são representativos de todos os segmentos da agricultura familiar local ou apenas representam estruturas impostas por determinadas políticas públicas para que os atores locais acessem recursos federais. Assim, acabam sendo excluídos os segmentos menos organizados e mais carentes, privilegiando algumas organizações em detrimento de outras (DELGADO; LEITE, 2011).

O ciclo de planejamento é feito através de uma Matriz de Ações que é apresentada todo ano em cada Território. Essa Matriz é o “conjunto de propostas ou de ações do Governo Federal para o Território, com dados descritivos e metas físicas e financeiras territorializadas” (SDT, 2009, p. 06). Em entrevista com o Articulador Estadual da SDT/MDA, obteve-se a informação que a Matriz de Ações faz parte da construção metodológica do Programa Territórios da Cidadania e serve como forma de divulgação para o Colegiado Territorial realizar o controle social das políticas. O conjunto de ações dentro da Matriz é dividido em quatro áreas: ações de controle social; monitoramento; informativas e deliberativas. As ações deliberativas são aquelas que já eram do MDA através do Pronat, pois apesar de ser uma criação do Programa Territórios da Cidadania, a Matriz de Ações resgatou informações antigas do Programa Territórios Rurais de Identidade e do Pronat.

De acordo com a SDT (2010), a partir da análise dos tipos de ações são identificados quatro possíveis papéis dos Colegiados Territoriais: controle social; consultivo; deliberativo e articulador/mobilizador de atores internos e externos. No **papel de controle social** está envolvida a ação cuja execução do que está previsto na Matriz já está definida, ou seja, o Ministério ou o Órgão apenas informa a execução de alguma atividade no Território. Além de especificar o papel do Colegiado na ação, os Ministérios/Órgãos procuraram dizer por que a ação já está definida e como o Colegiado pode agir para viabilizar a ação no futuro. Já no **papel consultivo** está envolvida a ação cuja execução das metas não está definida e o Ministério/Órgão quer submeter a algum debate, visando colher alguma sugestão do Território. Além de especificar que o papel é consultivo, os Ministérios/Órgãos informam sobre o que o Colegiado deve opinar ou se manifestar. Se isso não estiver claro, sugere-se que o Colegiado consulte o respectivo órgão.

No **papel deliberativo** também está envolvida a ação cuja execução não está definida e o Ministério/Órgão está submetendo a alguma decisão no Território. Além de especificar que o papel é deliberativo, os Ministérios/Órgãos informam sobre o que o Colegiado deve deliberar. Se isso não estiver claro, sugere-se que o Colegiado consulte o respectivo órgão. A deliberação gera um compromisso ou uma obrigação em relação à

execução da ação. No **papel articulador/mobilizador dos atores internos e externos** está envolvida a ação cuja definição da execução não depende só do Ministério/Órgão gestor, mas também de outros atores, como municípios, estados, conselhos setoriais, entre outros. Além de especificar que o papel é articular e mobilizar, os Ministérios/Órgãos informam neste ou noutros campos o caminho que o Colegiado deve percorrer para fazer essa articulação e mobilização. O Colegiado de posse das informações poderá discutir como pode contribuir para realização da ação no Território. As ações de controle social podem também requerer, para o futuro, um papel articulador e mobilizador do Colegiado (SDT, 2010).

Após a apresentação da Matriz de Ações, o Colegiado Territorial inicia o Debate Territorial, onde são analisadas as ações e indicadas demandas e/ou prioridades. Este também é o fórum para definir uma agenda de articulação do Colegiado Territorial com as instâncias municipais para o atendimento de demandas específicas. Em seguida, o Governo Federal detalha a Matriz de Ações, realizando ajustes e complementações. O resultado é o Plano de Execução, base para o monitoramento e o controle social da realização das ações pactuadas no Território. O controle das ações do Plano de Execução é feito por meio do Relatório de Execução, que detalha os estágios da execução física, orçamentária e financeira, as restrições, os riscos e as providências adotadas. É complementado com arquivos elaborados pelos gestores das ações que contêm dados do andamento das obras nos municípios, localidades e comunidades (SDT, 2009). Na Figura 3, a seguir, é possível observar o ciclo de planejamento e gestão dos Territórios.



Figura 3. Ciclo de planejamento e gestão dos Territórios da Cidadania.

Fonte: SDT, 2009.

Na sequência efetua-se uma apresentação das principais características socioeconômicas do Território Meio Oeste Contestado. Além disso, discute-se a presença de estabelecimentos da agricultura familiar, assentados do reforma agrárias e terras indígenas.

4 TERRITÓRIO MEIO OESTE CONTESTADO - SANTA CATARINA

O Território Meio Oeste Contestado se localiza na mesorregião oeste do estado de Santa Catarina e compreende uma área total de 8.255 km² de extensão, representando 9 % da superfície do estado. É composto por 29 municípios, que são os seguintes: Água Doce, Catanduvas, Coronel Martins, Entre Rios, Ipuaçú, Lajeado Grande, Luzerna, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, Vargem Bonita, Xaxim, Abelardo Luz, Bom Jesus, Capinzal, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Galvão, Herval d'Oeste, Ibicaré, Joaçaba, Jupiá, Lacerdópolis, Marema, Ouro, São Domingos, Treze Tílias, Vargeão e Xanxerê (SDT, 2009). A Figura 4, a seguir, apresenta a localização geográfica do Território no estado e dos municípios que compõe o Território.



Figura 4. Localização geográfica do Território Meio Oeste Contestado em Santa Catarina e dos municípios no Território.

Fonte: SDT, 2006.

O nome do Território apresentado inicialmente pelo MDA era Chapecozinho, mas já na primeira reunião, os representantes da região do Vale do Rio do Peixe sugeriram mudar

para “Meio Oeste” e os da região do Alto Irani “Contestado”. Então, foi feita a opção pela junção dos nomes, ficando “Meio Oeste Contestado - Santa Catarina”.

4.1 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

No Brasil, toda sede do município tem a categoria de cidade. Portanto, toda a população que reside na sede de município (cidade) e de distrito (vila), independente de suas características demográficas e funcionamento, é considerada urbana. Desta forma, rural é tudo o que não é urbano. Esta definição foi regulamentada em 02 de março de 1938, no auge do Estado Novo pelo Decreto-Lei 311, sendo uma delimitação político-administrativa de prerrogativa das Câmaras Municipais de Vereadores (VEIGA, 2003).

A partir de 1990, muitas críticas foram feitas por meio de trabalhos acadêmicos sobre a metodologia brasileira de definir o que é urbano e o que é rural. Veiga (2003) sugere a combinação do critério de tamanho populacional do município com sua densidade demográfica e sua localização, como por exemplo: a) regiões essencialmente rurais são onde mais da metade da população vive em localidades rurais, isto é, onde a densidade demográfica é inferior a 150 habitantes por quilômetro quadrado⁶; b) regiões essencialmente urbanas são onde menos de 15 % da população vive em localidades rurais e c) região relativamente rural é aquela que entre 15 % e 50 % dos habitantes vivem em comunidades rurais. A Tabela 2 apresenta os dados referentes ao total e a variação da população urbana e rural do Território Meio Oeste Contestado dos Censos Demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos anos de 2000 e 2010.

⁶ A referência de 150 hab./km² é utilizada para os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Veiga (2003) utiliza a metodologia da OCDE, mas adapta para a realidade brasileira, ficando a densidade demográfica em 80 hab./km².

Tabela 2. Território Meio Oeste Contestado - População rural, urbana, variação de população entre 2000-2010 e densidade demográfica.

População por município	População em 2000					População em 2010					Variação 2000-2010 (%)	Área km ²	D.D ¹ . 2010
	Total	Urbana	%	Rural	%	Total	Urbana	%	Rural	%			
Abelardo Luz	16.440	7.228	43,97	9.212	56,03	17.100	9.570	55,96	7.530	44,04	+ 4	955	17,91
Água Doce	6.843	3.148	46,00	3.695	54,00	6.960	3.436	49,37	3.524	50,63	+ 2	1313	5,30
Bom Jesus	2.046	989	48,34	1.057	51,66	2.526	1.495	59,18	1.031	40,82	+ 23	64	39,47
Capinzal	19.955	15.460	77,47	4.495	22,53	20.771	17.756	85,48	3.015	14,52	+ 4	244	85,13
Catanduvas	8.291	5.304	63,97	2.987	36,03	9.558	8.094	84,68	1.464	15,32	+ 15	198	48,27
Coronel Martins	2.388	458	19,18	1.930	80,82	2.458	685	27,87	1.773	72,13	+ 3	107	22,97
Entre Rios	2.857	751	26,29	2.106	73,71	3.018	928	30,75	2.090	69,25	+ 6	105	28,74
Erval Velho	4.269	2.160	50,60	2.109	49,40	4.353	2.842	65,29	1.511	34,71	+ 2	207	21,03
Faxinal dos Guedes	10.767	7.044	65,42	3.723	34,58	10.658	7.715	72,39	2.943	27,61	- 1	340	31,35
Galvão	4.235	2.494	58,89	1.741	41,11	3.475	2.350	67,63	1.125	32,37	- 18	122	28,48
Herval d'Oeste	20.044	17.140	85,51	2.904	14,49	21.233	18.845	88,75	2.388	11,25	+ 6	217	97,85
Ibicaré	3.587	1.240	34,57	2.347	65,43	3.373	1.557	46,16	1.816	53,84	- 4	156	21,62
Ipaçu	6.122	967	15,80	5.155	84,20	6.802	1.381	20,30	5.421	79,70	+ 11	261	26,06
Joaçaba	24.066	21.688	90,12	2.378	9,88	27.005	24.918	92,27	2.087	7,73	+ 12	232	116,40
Jupia	2.220	671	30,23	1.549	69,77	2.148	1.044	48,60	1.104	51,40	- 3	92	23,35
Lacerdópolis	2.173	983	45,24	1.190	54,76	2.197	1.158	52,71	1.039	47,29	+ 1	68	32,31
Lajeado Grande	1.572	476	30,28	1.096	69,72	1.490	648	43,49	842	56,51	- 5	66	22,58
Luzerna	5.572	3.964	71,14	1.608	28,86	5.599	4.258	76,05	1.341	23,95	0	117	47,85
Marema	2.651	941	35,50	1.710	64,50	2.203	760	34,50	1.443	65,50	- 17	104	21,18
Ouro	7.419	4.165	56,14	3.254	43,86	7.371	4.843	65,70	2.528	34,30	- 1	213	34,61
Ouro Verde	2.352	625	26,57	1.727	73,43	2.271	715	31,48	1.556	68,52	- 3	189	12,02
Passos Maia	4.763	748	15,70	4.015	84,30	4.429	1.102	24,88	3.327	75,12	- 7	614	7,21
Ponte Serrada	10.561	7.230	68,46	3.331	31,54	11.031	7.624	69,11	3.407	30,89	+ 4	564	19,56
São Domingos	9.540	5.430	56,92	4.110	43,08	9.496	6.313	66,48	3.183	33,52	0	384	24,73
Treze Tilias	4.840	2.907	60,06	1.933	39,94	6.342	4.716	74,36	1.626	25,64	+ 31	185	34,28
Vargeão	3.526	1.380	39,14	2.146	60,86	3.535	1.824	51,60	1.711	48,40	0	166	21,30

Vargem Bonita	5.158	2.199	42,63	2.959	57,37	4.795	2.677	55,83	2.118	44,17	- 7	299	16,04
Xanxerê	37.429	32.385	86,52	5.044	13,48	44.102	39.123	88,71	4.979	11,29	+ 18	378	116,67
Xaxim	22.857	16.058	70,25	6.799	29,75	25.697	20.953	81,54	4.744	18,46	+ 12	295	87,11
Total: Território	254.543	166.233	65,31	88.310	34,69	271.996	199.330	73,28	72.666	26,72	+ 7	8.255	32,95
Total: SC	5.356.360	4.217.931	78,75	1.138.429	21,25	6.249.682	5.249.197	83,99	1.000.485	16,01	+ 17	95.703	65,30
Total: Região Sul	25.107.616	20.321.999	80,94	4.785.617	19,06	27.384.815	23.257.880	84,93	4.126.935	15,07	+ 9	563.802	48,57
Total: Brasil	169.799.170	137.953.959	81,25	31.845.211	18,75	190.732.694	160.879.708	84,35	29.852.986	15,65	+ 12	8.547.404	22,31

¹Densidade Demográfica

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 e 2010.

Como é possível observar na Tabela 2, entre os anos de 2000 e 2010, o Território obteve um aumento médio de 7 % da população. Este aumento está bem abaixo da média do crescimento de Santa Catarina, que foi de 17 %. Porém, é possível perceber que dentro do Território alguns municípios apresentaram aumentos de populações mais significativos, como: Bom Jesus (23 %), Catanduvas (15 %), Ipuacu (11 %), Joaçaba (12%), Treze Tilhas (31 %), Xanxerê (18 %) e Xaxim (12 %). Entre os municípios que sofreram perdas significativas da população, estão Galvão (-18 %) e Marema (-17 %), Passos Maia (-7 %) e Vargem Bonita (-7 %).

As informações da Tabela 2 também demonstram que no ano de 2000, dos 254.543 habitantes do Território, 65,31 % viviam nos perímetros urbanos e 34,69 % residiam em áreas rurais, segundo critérios do IBGE. Já em 2010, houve um aumento da população urbana no Território, onde de uma população total de 271.996 habitantes, 73,28 % viviam nas áreas urbanas e 26,72 % nas áreas rurais.

A densidade demográfica média do Território, também apresentada na Tabela 2, é de 32,95 hab./km². Este valor está bem abaixo da média do estado, que é de 65,30 hab./km², mas acima da densidade demográfica média do país (22,31 hab./km²). A diferença de densidade demográfica entre os municípios é bastante significativa. Enquanto em Capinzal (85,13 hab./km²), Xaxim (87,11 hab./km²), Herval d'Oeste (97,85 hab./km²), Joaçaba (116,40 hab./km²) e Xanxerê (116,67 hab./km²) apresentam uma alta densidade demográfica, os municípios de Água Doce (5,30 hab./km²) e Passos Maia (7,21 hab./km²) apresentam valores abaixo da densidade demográfica do país, que como se sabe é baixa em função dos estados do norte que apresentam grandes áreas e baixa população.

Os critérios de ruralidade adotados pelo MDA para delimitar os Territórios, foram inspirados no trabalho de Veiga (2003). Para este Ministério, são municípios rurais os que possuem população e densidade demográfica inferiores, respectivamente a 50 mil habitantes e 80 hab./km². Desta forma, todos os municípios do Território possuem população inferior ao número adotado como critério pelo MDA. Porém, os municípios de Capinzal, Herval d'Oeste, Joaçaba, Xanxerê e Xaxim possuem densidade demográfica superior àquela adotada pelo Ministério como critério de enquadramento e podem ser considerados ambivalentes. Ou seja, possuem características intermediárias de ruralidade e urbanização. No caso da inclusão no Programa Territórios da Cidadania, possuem também forte presença do público prioritário do MDA, que são os agricultores familiares, com destaque para os assentados pela reforma agrária e populações tradicionais, no caso os indígenas.

Segundo Abramovay (1998), para caracterizar e conceituar o termo agricultura familiar é possível considerar três atributos: gestão, propriedade e trabalho familiar. “A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho são provenientes de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento” (ABRAMOVAY, 1998, p. 146). Assim, a propriedade e os meios de produção agrícola estão intimamente relacionados com a família. Já para Wanderley (1998), a agricultura familiar é entendida como aquela em que a família é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Para Stropasolas (2006a), a agricultura familiar é vista como aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte dos afazeres vêm de pessoas que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento.

Sob o aspecto da legislação brasileira, a agricultura familiar foi conceituada na Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Esta lei estabelece a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e:

Considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: (i) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; (ii) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (iii) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento e (iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Esta lei, associada a especificidades de cada categoria, também contempla silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. As famílias de agricultores que não preenchem os requisitos estabelecidos na Lei 11.326 são classificadas como sendo não familiares. Os dados a respeito do número de famílias que se enquadram nas categorias de agricultores familiares e não familiares dos municípios que compõe o Território Meio Oeste Contestado são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3. Estabelecimentos, área, agricultura familiar e agricultura não familiar no Território Meio Oeste Contestado, Santa Catarina.

Municípios	Total de estabelecimentos		Estabelecimentos				Área			
	Quantidade	Área	Agricultura Familiar ¹		Agricultura Não Familiar		Agricultura Familiar		Agricultura Não Familiar	
			Quantidade	%	Quantidade	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Abelardo Luz	2.068	78.641	1.843	89,12	225	10,88	24.413	31,04	54.228	68,96
Água Doce	752	78.510	566	75,27	186	24,73	12.207	15,55	66.303	84,45
Bom Jesus	187	6.555	162	86,63	25	13,37	2.200	33,56	4.355	66,44
Capinzal	486	19.602	390	80,25	96	19,75	6.641	33,88	12.962	66,13
Catanduvas	192	6.119	146	76,04	46	23,96	2.731	44,63	3.388	55,37
Coronel Martins	520	9.300	468	90,00	52	10,00	7.297	78,46	2.003	21,54
Entre Rios	511	5.319	425	83,17	86	16,83	4.053	76,20	1.266	23,80
Erval Velho	372	14.191	318	85,48	54	14,52	7.596	53,53	6.595	46,47
Faxinal dos Guedes	498	25.840	418	83,94	80	16,06	9.576	37,06	16.264	62,94
Galvão	302	10.222	263	87,09	39	12,91	5.253	51,39	4.969	48,61
Herval d'Oeste	532	67.971	496	93,23	36	6,77	9.478	13,94	58.493	86,06
Ibicaré	554	12.748	490	88,45	64	11,55	9.153	71,80	3.596	28,21
Ipuaçú	543	14.115	490	90,24	53	9,76	7.144	50,61	6.971	49,39
Joaçaba	546	14.457	461	84,43	85	15,57	10.116	69,97	4.430	30,64
Jupirá	384	8.189	329	85,68	55	14,32	6.220	75,96	1.969	24,04
Lacerdópolis	235	6.595	226	96,17	9	3,83	5.956	90,31	638	9,67
Lageado Grande	187	3.890	165	88,24	22	11,76	2.780	71,47	1.109	28,51
Luzerna	375	7.720	340	90,67	35	9,33	5.938	76,92	1.782	23,08
Marema	376	9.489	347	92,29	29	7,71	6.714	70,76	2.775	29,24
Ouro	693	17.413	545	78,64	148	21,36	12.061	69,26	5.352	30,74
Ouro Verde	378	15.679	331	87,57	47	12,43	6.247	39,84	9.432	60,16
Passos Maia	590	30.846	513	86,95	77	13,05	9.567	31,02	21.280	68,99
Ponte Serrada	453	49.854	354	78,15	99	21,85	7.013	14,07	42.841	85,93
São Domingos	903	29.888	760	84,16	143	15,84	15.474	51,77	14.414	48,23
Treze Tilhas	268	7.887	230	85,82	38	14,18	5.458	69,20	2.429	30,80

Vargeão	330	12.995	260	78,79	70	21,21	5.481	42,18	7.513	57,81
Vargem Bonita	224	7.497	202	90,18	22	9,82	3.352	44,71	4.145	55,29
Xanxerê	720	28.490	570	79,17	150	20,83	8.853	31,07	19.637	68,93
Xaxim	1.294	28.490	1.047	80,91	247	19,09	8.853	31,07	19.637	68,93
Total: Território	15.473	628.512	13.155	85,02	2.318	14,98	227.825	36,25	400.776	63,77
Total: SC	193.663	6.040.134	168.544	87,00	25.119	13,00	2.645.088	43,80	3.395.047	56,20
Total: Sul	1.006.181	41.526.157	849.997	84,50	156.184	15,50	13.066.591	31,50	28.459.566	68,50
Total: Brasil	5.175.489	329.941.393	4.367.902	84,40	807.587	15,60	80.250.453	24,30	249.690.940	75,70

¹ Agricultura Familiar: Lei N° 11.326, de 24 de julho de 2006.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006

A Tabela 3 indica que de um total de 15.473 estabelecimentos agropecuários no Território, 13.155 (85,02 %) são de agricultores familiares e 2.318 (14,98 %) são de agricultores não familiares. A proporção de estabelecimentos familiares encontrados no Território (85,02 %) é um pouco menor do que em Santa Catarina (87 %) e muito próximo da nacional (84,50 %). Em contrapartida, o índice de estabelecimentos agropecuários não familiares no Território (14,98 %) está um pouco acima da porcentagem do estado (13 %) e um pouco abaixo do índice nacional (15,60 %). De acordo com Tecchio (2010), existem 1.433 (9,26 %) estabelecimentos agropecuários no Território que são geridos por agricultores que não são proprietários, ou seja, arrendatários, parceiros, ocupantes e sem área.

Os assentamentos da reforma agrária estão concentrados em municípios da região do Alto Irani (porção noroeste do Território). A Tabela 4 apresenta os municípios com sua localização, bem como o número de assentamentos e famílias. Em Santa Catarina existem no total 137 assentamentos e 4.977 famílias assentadas, dos quais, 53 assentamentos e 2.266 famílias se concentram no Território Meio Oeste Contestado. Estas representam 45,53 % do total de famílias assentadas no Estado.

Tabela 4. Assentamentos da reforma agrária localizados no Território Meio Oeste Contestado e total de famílias por assentamento.

Município	Número de assentamentos	Número de famílias assentadas
Abelardo Luz	22	1.312
Água Doce	5	204
Bom Jesus	1	18
Catanduvas	9	285
Passos Maia	15	415
Ponte Serrada	1	32
Total: Território	53	2.266
Total: Santa Catarina	137	4.977

Fonte: Informações disponibilizadas pela Superintendência Regional do INCRA de Santa Catarina, mediante solicitação.

O Território Meio Oeste Contestado possui duas Terras Indígenas, localizadas nos municípios que integram a região do Alto Irani. A Terra Indígena Xapecó está localizada nos municípios de Ipuacu e Entre Rios e a Terra Indígena Toldo Imbú, no município de Abelardo

Luz. Estas informações, bem como o número de famílias e de pessoas estão apresentadas na Tabela 5.

Tabela 5. Terra Indígena (TI), número de famílias e de pessoas habitantes do Território Meio Oeste Contestado.

Município	Nome da Terra Indígena	Número de famílias	Número de pessoas
Entre Rios	TI Xapecó	308	1.204
Iguaçu	TI Xapecó	1.047	4.034
Abelardo Luz	TI Toldo Imbú	39	145
Total		1.394	5.383

Fonte: Informações disponibilizadas pela Superintendência Regional da FUNAI de Chapecó - SC, mediante solicitação.

A Terra Indígena Xapecó é composta por 16 aldeias: Água Doce, Baixo Samburá, Barro Preto, Fazenda São José, Olaria, Pinhalzinho, Pinheirinhos, Sede, Serrano, Cerro Doce, João Veloso, Limeira, Manduri, Linha Matão, Paiol de Barro e Canhadão, cada qual com sua especificidade. As aldeias que pertencem aos dois municípios (Entre Rios e Iguaçu) se organizam distintamente, mesmo diante da representatividade geral do cacique. Embora a maioria da população desta Terra Indígena é identificada por indígenas do povo Kaingang, uma porção reduzida pertence ao povo Guarani e alguns moradores são considerados mestiços (SANTA CATARINA, 2008).

A demarcação administrativa da Terra Indígena Xapecó ocorreu em 1991 e em 2007, foi declarada “Posse Permanente” para mais um grupo Kaingang em 660 ha. Atualmente, a Terra Indígena abrange uma área de 16.283,958 ha e vivem nela aproximadamente 5.238 indígenas. A demarcação mais recente aconteceu no município de Abelardo Luz, em 2010, onde vivem aproximadamente 145 Kaingangs na Terra Indígena Toldo Imbú, numa área de 1.965 ha (SANTA CATARINA, 2008).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta sessão serão apresentados os resultados obtidos na pesquisa, divididos em identificação dos delegados entrevistados e das populações pobres dos municípios analisados e do Território Meio Oeste Contestado, além da análise da Matriz de Ações.

5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS DELEGADOS ENTREVISTADOS

Os dez delegados do conselho de desenvolvimento territorial dos municípios de Abelardo Luz, Água Doce, Catanduvas, Entre Rios e Ipuacu foram entrevistados durante o mês de agosto de 2011. Na Tabela 6, a seguir, estão descritas as principais características dos mesmos, como nível de escolaridade, profissão, entidade que representa e o tempo de participação como delegado no colegiado territorial.

Tabela 6. Identificação dos delegados do conselho de desenvolvimento territorial do Território Meio Oeste Contestado - Santa Catarina entrevistados em agosto de 2011.

Nº da entrevista	Município	Escolaridade	Profissão	Entidade que representa	Tempo que atua como delegado
1	Catanduvas	Segundo grau incompleto	Agricultor	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST	2 anos
2	Catanduvas	Especialização	Assistente social	Diretoria de Desenvolvimento Social	1 ano
3	Catanduvas	Primeiro grau completo	Agricultor ⁽¹⁾	Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar - Sintraf	5 anos
4	Água Doce	Segundo grau completo	Pecuarista ⁽²⁾	Sindicato dos Produtores Rurais	4 anos
5	Água Doce	Especialização	Professor	Centro de Educação de Adultos - CEA	2 anos

6	Ipuaçu	Superior completo	Assistente social	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	2 anos
7	Ipuaçu	Superior completo	Conselheiro tutelar e agricultor	Terra Indígena Xaçecó	1 ano
8	Entre Rios	Fundamental completo	Agricultor ⁽³⁾	Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Sintraf	2 anos
9	Abelardo Luz	Especialização	Professor ⁽⁴⁾	Prefeitura Municipal de Abelardo Luz	2 anos
10	Abelardo Luz	Segundo grau completo	Técnico Agrícola	Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina - Cooptrasc	2 anos

⁽¹⁾ Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar de Catanduvas.

⁽²⁾ Presidente do Sindicato Rural de Água Doce e Secretário da Agricultura.

⁽³⁾ Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Entre Rios.

⁽⁴⁾ Secretário de Planejamento e Gestão de Abelardo Luz.

Fonte: Elaboração da autora (2011), com base nas entrevistas realizadas por Andréia Tecchio.

A escolaridade dos entrevistados é diversificada, sendo que metade possui nível superior completo e, destes, três cursaram algum tipo de especialização. Os delegados com maior instrução são representantes de entidades vinculadas à assistência social e educação. A outra metade, que possui um menor grau de escolaridade, representa as entidades que são ligadas à agricultura. A profissão dos delegados está diretamente relacionada com a natureza da entidade que integram. A grande maioria atua como delegado no colegiado territorial há dois anos ou menos, ou seja, a atuação no conselho de desenvolvimento territorial é recente.

As entidades representadas no colegiado territorial aqui estudado são as seguintes: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; a Diretoria de Desenvolvimento Social; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura de Catanduvas e Entre Rios; o Sindicato dos Produtores Rurais de Água Doce; o Centro de Educação de Adultos; o Centro de Referência de Assistência Social; a Terra Indígena Xaçecó; a Prefeitura Municipal de Abelardo Luz e a Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina.

Os delegados informaram sobre os objetivos das entidades e/ou setores que representam. Estes objetivos serão apresentados a seguir, agrupando as entidades de acordo

com seus vínculos de assistência social, educacional e agrícola. Desta forma, a Diretoria de Desenvolvimento Social atua na área da assistência social e suas atividades estão diretamente interligadas ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizada em áreas de vulnerabilidade social e que executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais, locais da política de assistência social (MDS, 20--). Dada a sua capilaridade nos territórios se caracteriza como principal porta de entrada dos usuários à rede de proteção social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O CRAS trabalha com famílias em situação de vulnerabilidade social, objetivando a produção social básica e a recuperação de vínculos familiares.

O Centro de Educação de Adultos (CEA), por sua vez, é uma entidade que trabalha com a educação especial para pessoas que estão fora da idade escolar. Já o poder público municipal exerce uma maior diversidade de atividades, concentrando suas ações na agricultura, no setor de habitação e geração de emprego para baixa e média renda.

Desde a sua fundação, o Movimento Sem Terra (MST) se organiza em torno de três objetivos principais: lutar pela terra, por reforma agrária e por uma sociedade mais justa e fraterna em busca da cidadania. Já a Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina (Cooptrasc) tem entre os seus objetivos a prestação de serviços técnicos nas áreas da produção, educação, formação e capacitação técnica para agricultores em áreas de assentamentos de reforma agrária do Estado de Santa Catarina.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar (Sintraf) tem o papel de representar e defender os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar, buscando mais recursos para os agricultores e assalariados (convênios, financiamentos, investimentos, etc.). O Sindicato dos Produtores Rurais presta serviços voltados à agricultura patronal, como a realização de feiras de gado e não possui uma rede de assistência técnica. A entidade Terra Indígena Xapecó trabalha pela autonomia das famílias que vivem na comunidade e pelo reconhecimento da população indígena diante aos programas governamentais.

Das entidades relacionadas na Tabela 6, quatro são representantes do governo e seis da sociedade civil. Entretanto, dois delegados que representam a sociedade civil também trabalham para o governo, nas funções de Secretário da Agricultura de Água Doce e Secretário de Planejamento e Gestão de Abelardo Luz. Os delegados entrevistados atuam em entidades agrícolas, educacionais e de assistência social. As entidades com caráter agrícola representam a sociedade civil e as de assistência social e educação são vinculadas ao governo.

O MDA recomenda que os delegados que compõe o colegiado territorial sejam representantes da sociedade civil e do governo e contemplem a diversidade de instituições, organizações e segmentos sociais e produtivos existentes no Território (SDT, 2009). No entanto, foi identificada uma pequena diversidade de entidades e com destaque para as agrícolas. A mesma situação foi verificada por Abramovay, Magalhães e Schroder (2010), que afirmam que os conselhos territoriais acabam se voltando apenas para o segmento dos agricultores familiares e não recebem influência de outros âmbitos sociais. Também em análise da composição dos colegiados, Favareto (2010) reconhece que os movimentos e organizações presentes representam os setores intermediários da agricultura familiar e demais populações rurais.

Desta forma, a atuação de outros setores da sociedade considerado indispensável para o desenvolvimento do território, como o comércio, as cooperativas e as agroindústrias encontra-se praticamente ausentes. A capacidade de gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo de diferentes atores sociais, econômicos e institucionais deve se basear em uma sociedade organizada territorialmente. Dentre os entrevistados, os representantes de entidades governamentais pertencem à esfera municipal, sem atuação das instâncias estadual ou federal. Também, apenas o poder público executivo é representado, nenhuma entidade do judiciário ou legislativo.

Dallabrida (2007) denomina o conjunto de atores que exercem papel de liderança localmente como “bloco sócio-territorial” e afirma que este grupo assume um papel fundamental como instituinte do processo de gestão do desenvolvimento territorial. Este bloco é constituído por um conjunto heterogêneo de atores com interesses divergentes (até mesmo conflituosos), representativos dos diferentes segmentos da sociedade organizada territorialmente. Tais lideranças constituem verdadeiras redes de poder sócio-territorial, transformando-se nas principais estruturas de poder que assumem posição hegemônica, tornando-se capazes de dar a direção político-ideológica ao processo de desenvolvimento territorial.

Um dos focos das entrevistas consistiu em questionar os informantes sobre quem são e o que fazem para sobreviver as famílias pobres do Território e, em particular, do município no qual o entrevistado reside ou atua. No tópico seguinte são discutidos os principais resultados sobre esse questionamento.

5.2 IDENTIFICAÇÃO DAS POPULAÇÕES POBRES

Nas entrevistas, os delegados do conselho de desenvolvimento territorial foram questionados sobre quem são as populações mais pobres do Território Meio Oeste Contestado e do município que ele representa. Também foram solicitadas algumas características destas populações, tais como local de residência e trabalho. Na literatura, as populações pobres são denominadas por alguns autores como “invisíveis”.

Os pobres do Território Meio Oeste Contestado englobam parte da população urbana, que vivem em bairros específicos dos municípios analisados (alguns chamam de favelas); para outros são os assentados e outras famílias que não tem opção de trabalho (agricultores familiares que possuem pouca terra) e os indígenas.

Geralmente nos bairros que concentram populações pobres, as famílias constroem casas ou barracos em lotes ocupados, pois não possuem título de compra do terreno. A infraestrutura desses locais é precária: as estradas não são pavimentadas e não possuem saneamento básico. Alguns bairros foram ocupados há mais de 30 anos e outros, são recentes, ou seja, a ocupação ocorreu há aproximadamente cinco anos. No entanto, na maioria das residências a água chega através da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN).

As populações pobres identificadas trabalham em agroindústrias como, por exemplo, em frigoríficos de peixes e aves; na cadeia produtiva de *Pinus* spp.; na construção civil e como coletores de papel. Ainda contemplam os diaristas (autônomos), que trabalham na agricultura, construindo cercas, fazendo podas e roçadas, entre outros. Os que vivem no meio rural também se dedicam a atividades agropecuárias destinadas para o autoconsumo, com destaque para as criações de gado de leite, galinhas e suínos, e plantações de batata e mandioca.

Alguns entrevistados não souberam identificar as populações empobrecidas do Território devido à falta de conhecimento, porém informaram sobre algumas características do município que representam em relação à incidência de pobreza. Por exemplo, no município de Abelardo Luz nota-se uma divisão em regiões mais empobrecidas, onde as condições não são favoráveis para agricultura (solo e/ou terreno) e onde residem famílias com idades mais avançadas, com pouca força de trabalho. Também se observam características de pobreza na área urbana (periferia e favelas), com deficiência de recursos e sem possibilidade de produzir seus alimentos. Apesar do município possuir uma reserva indígena com 39 famílias em

processo de demarcação (todas essas famílias têm acesso a apenas 10 ha de terra no total), os dois entrevistados do referido município não reconheceram os indígenas como uma população pobre do Território e nem do município.

Em Água Doce destacam-se os assentamentos e algumas comunidades com famílias mais carentes, que trabalham em pequenas propriedades. Alguns têm um pequeno pedaço de terra e outros trabalham em propriedades de outros agricultores como arrendatários. Já em Catanduvas os pobres são os pequenos agricultores e aqueles que trabalham no corte e extração da erva-mate, no carregamento de animais (frangos), nas agroindústrias, na cadeia produtiva do *Pinus* e eucalipto (atividades que envolvem plantio, poda, limpeza, corte, desbaste, etc.). Em Catanduvas também houve destaque para os assentamentos Santa Rita, Linha Vera Cruz, São José, Pedra Lisa e Assentamento 25 de julho. Porém, a maior concentração de famílias pobres está no Assentamento Santa Rita e no Assentamento 25 de Julho.

Os entrevistados de Catanduvas foram os únicos que mencionaram os cortadores e extratores de erva-mate como uma população empobrecida. Entretanto, de acordo com Renk (1997), as regiões por onde circulam os extratores de erva-mate centralizam-se em três pontos: no oeste catarinense, na região serrana e no oeste paranaense. O projeto colonizador, enunciado por meio das representações da elite política do Estado, esteve voltado a um determinado tipo de colonos: “os obreiros da civilização”. E, enquanto enalteciam esse tipo de campesinato, excluía a fração já existente na área, pela falta de vocação agrícola ou falsa consciência de posse. Assim, a colonização representou mudanças e a introdução de novos valores, “deixando à população local as alternativas de adaptar-se ou ficar excluída” (RENK, 1997, p. 105). Ainda segundo Renk (1997), os coletores e extratores de erva-mate “sem absorção no mercado de trabalho recorre a biscates, nem sempre encontrados, ao esmolar e à ‘assistência’”. Neste último item estão as famílias enquadradas nas exigências dos programas de políticas sociais, como o de suplementação alimentar (DURGANTE, 2009).

Em Entre Rios os pobres são aqueles que moram no bairro Cohab, como são conhecidos os bairros constituídos a partir da intervenção da Companhia de Habitação. Em Ipuacu identificou-se os indígenas e bairros específicos como sendo a população mais pobre. Grande parte do pessoal da reserva indígena trabalha nos frigoríficos e granjas nos municípios vizinhos (vão com ônibus das empresas). Isso tem melhorado a condição de vida dessas famílias. Além disso, existe uma discussão sobre a criação de creches para atender essas famílias.

Em alguns casos, os entrevistados não souberam identificar a população pobre do Território, mas foram capazes de responder que grupos populacionais não se encaixavam nesta categoria. Por exemplo, um delegado não considera os indígenas e os assentados como populações pobres, pois possuem uma condição ou um meio de produção e uma estrutura de trabalho organizada, o que permite a produção de alimentos para autoconsumo.

Em outra situação, o delegado não soube identificar a pobreza do município que representa, afirmando que existe apenas um desequilíbrio familiar que causa uma maior dificuldade financeira. Nestes casos, “as pessoas se tornam vulneráveis e pobres por uma questão de cultura e hábito, pois acesso ao mercado de trabalho existe através da atividade social e informação” (entrevista número 2). A contradição é identificada quando o entrevistado afirma que as comunidades do interior têm dificuldade de acesso ao trabalho devido à falta de transporte, disponibilidade de tempo e informação. Isso pode ser ilustrado com o seguinte depoimento:

A questão cultural é abordada no sentido de ser um processo contínuo: que gerações antigas vêm no comodismo, não acompanhavam o desenvolvimento por falta de acessibilidade e informação. Mas hoje, as crianças e os adolescentes têm uma nova visão da composição familiar e do desenvolvimento. Através do trabalho social desenvolvido espera-se um retorno através desses jovens que são atendidos, porque serão adultos com mais conhecimento, com outro destino e personalidade na forma de conduzir a vida. Além disso, existe um problema por causa do trabalho informal: muitos cortadores de erva-mate que moram em acampamentos e não possuem escolaridade mínima para conseguir um emprego fixo (entrevista número 2).

Os entrevistados justificam que, muitas, vezes os pobres não possuem vínculos com sindicatos e associações, pois são grupos de difícil diálogo e que trabalham com um método diferente. Geralmente encontram-se dispersos pelos municípios e os técnicos têm “dificuldade” de localizar público. Para o caso dos indígenas existiria uma falta de incentivos e organização da parte das autoridades competentes. De acordo com Stropasolas (2006b), a inclusão social de grupos afastados do processo de desenvolvimento, como indígenas, pescadores, mulheres, jovens e idosos, é um enorme desafio enfrentado pelas entidades públicas de extensão, exigindo redefinições de prioridades, posturas e estratégias implicadas na ação extensionista das instituições e dos profissionais que exercem atividades junto a estes públicos.

O reconhecimento social da categoria agricultura familiar é fruto das diversas iniciativas e mobilizações realizadas nos últimos anos, fato comprovado com a aprovação da lei da agricultura familiar (Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006). Diante do fortalecimento dessa categoria, nota-se a importância da inclusão em políticas de assistência técnica dos

produtores assentados pela reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, aquicultores, etc. Ou seja, percebe-se a necessidade da inclusão social da população rural brasileira mais pobre e a necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas. É preciso dar oportunidades e espaço para os segmentos populacionais rurais empobrecidos, grupos sociais específicos e tradicionalmente “excluídos” das políticas públicas (STROPASOLAS, 2006b).

No próximo item será realizada a análise da Matriz de Ações destinada pelo Pronat ao Território Meio Oeste Contestado em complemento à identificação das populações pobres dos municípios analisados e do referido Território.

5.3 ANÁLISE DA MATRIZ DE AÇÕES

A Matriz de Ações foi criada no Programa Territórios da Cidadania e resgatou as informações do Pronat. Na Matriz são apresentados os recursos destinados para cada Território através dos diversos Ministérios, sem especificar os municípios beneficiados. Apenas no portal *online* da SDT/MDA é possível encontrar as ações que foram destinadas através do Pronat para cada município dos Territórios.

O Governo Federal apresenta a Matriz de Ações com as propostas para os Territórios e os delegados do colegiado territorial discutem as ações e indicam as demandas e/ou prioridades. Após esse debate, o Governo detalha a Matriz de Ações, realizando ajustes e complementações. Os recursos são repassados do Governo Federal para as prefeituras dos municípios beneficiados.

As ações do Pronat destinadas aos municípios de Abelardo Luz, Água Doce, Catanduvas, Entre Rios e Ipuacu através da Matriz de Ações do Território Meio Oeste Contestado em Santa Catarina e as populações beneficiadas com os projetos entre os anos de 2004 e 2010 estão apresentadas na Tabela 7, listadas por ordem alfabética desses municípios. A Matriz com todas as ações do Pronat destinadas ao Território pode ser visualizada no Anexo A.

Tabela 7. Ações destinadas aos municípios Abelardo Luz, Água Doce, Catanduvas, Entre Rios e Ipuauçu no Território Meio Oeste Contestado em Santa Catarina e as populações beneficiadas com os projetos entre 2004 e 2010.

Ano	Município	Programa	Objeto	Populações beneficiadas
2004	Abelardo Luz	Pronaf Infraestrutura/ Emenda Parlamentar	Construção de um estábulo e ampliação do centro de formação	Assentados da reforma agrária
2005	Abelardo Luz	Pronat	Produção e industrialização do girassol	Assentados da reforma agrária
2008	Abelardo Luz	Pronat	Apoio comercialização peixe com aquisição de caminhão com câmara fria	Assentados da reforma agrária
2009	Abelardo Luz	Pronat	Construção de alojamento e aquisição de equipamentos	Assentados da reforma agrária
2009	Abelardo Luz	Pronat/ Emenda Parlamentar	Aquisição de dois equipamentos completos para distribuição de calcário	Assentados da reforma agrária
2009	Abelardo Luz	Pronat/ Emenda Parlamentar	Aquisição de caminhão equipado para distribuição de calcário	Assentados da reforma agrária
2009	Abelardo Luz	Pronat	Construção de barracão e aquisição de equipamentos para processamento de couro de peixe	Assentados da reforma agrária e agricultores familiares
2009	Abelardo Luz	Pronat/ Emenda Parlamentar	Aquisição de uma retroescavadeira	Agricultores familiares e assentados da reforma agrária
2004	Água Doce	Pronaf Infraestrutura	Aquisição de implementos agrícolas e construção de moinho colonial	Assentados da reforma agrária
2005	Água Doce	Pronat	Aquisição de equipamentos, moinho colonial, cantina suco e vinho	Assentados da reforma agrária
2007	Água Doce	Pronat	Apoio agroindustrialização e comercialização com construção e implantação loja de vendas e aquisição de máquinas e equipamentos de panificação	Agricultores familiares
2009	Água Doce	Pronat	Aquisição de caminhão e tanque para coleta de leite	Assentados da reforma agrária
2005	Catanduvas	Pronat	Construção de agroindústria de conservas e aquisição de equipamentos	Assentados da reforma agrária
2008	Catanduvas	Pronat	Apoio comercialização hortifrutigranjeiros com construção de entreposto	Agricultores familiares e assentados da reforma agrária
2009	Catanduvas	Pronat	Aquisição de veículo camioneta com baú	Agricultores familiares e assentados da reforma agrária
2008	Ipuauçu	Pronat	Apoio cadeia produtiva do leite com construção de agroindústria e aquisição de equipamentos	Agricultores familiares e comunidade indígena

Fonte: Informações adaptadas de SDT entre 2004 e 2010.

Para todo o Território Meio Oeste Contestado foram designadas 54 ações através do Pronat/MDA. Já para os municípios analisados foram destinados um total de 16 projetos entre os anos de 2004 e 2010. É evidente o grande número de projetos destinados ao município de Abelardo Luz, somando-se oito ações, e especificamente aos assentados da reforma agrária. Água Doce foi beneficiado com quatro projetos, Catanduvas com três, Ipuacu com apenas um e Entre Rios não recebeu ações. Os projetos não apresentam problemas no contrato e apenas a obra destinada a Ipuacu não foi iniciada. Como está apresentado na Tabela 7, alguns projetos foram complementados com emendas de parlamentares.

O maior número de ações destinadas e o acesso aos recursos estão diretamente relacionados à estruturação e organização do município. Em Abelardo Luz houve uma articulação visando a participação das reuniões do Território, o que resultou em mais projetos. O fato do MST possuir forte representação política nesse município explica em grande parte essa centralidade no acesso aos recursos do Pronat. Algumas instituições mais mobilizadas discutem e estabelecem um acordo para defender um projeto que favoreça uma região do Território e depois outra. É um município que se destaca pela relação entre as entidades e onde o poder público apoia em parceria. Isso justifica o grande número de ações para o município de Abelardo Luz, pois para acessar os recursos, é preciso a aprovação no conselho e de contrapartidas do poder público municipal.

Na entrevista com o delegado representante do município de Entre Rios e membro do Sintraf, constatou-se que o poder público não participa do colegiado territorial. É provável que esta falta de motivação tenha como consequência o não beneficiamento do município por projetos. Em contrapartida, o entrevistado afirma que “deveria ser dada mais atenção aos municípios menores e mais carentes, como Entre Rios” (entrevista número 8), e que apenas agora estão sendo beneficiados com assistência técnica⁷ através do Território.

Muitos dos projetos destinados para os municípios analisados estão relacionados à compra de bens privados para o uso coletivo como a aquisição de caminhão com câmara fria, de equipamentos para distribuição de calcário, de retroescavadeira e outros equipamentos. Segundo Abramovay, Magalhães e Schroder (2010), apesar de ser muito comum o beneficiamento de projetos para aquisição de bens, estes poderiam ser objeto de

⁷ No quadro do Programa Territórios da Cidadania, o MDA através do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria da Agricultura Familiar (DATER/SAF) lançou diversos editais para atender nos Territórios agricultores familiares que não recebem nenhum tipo de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). O Território Meio Oeste Contestado foi contemplado com um projeto que visa atender 2.000 agricultores familiares que não recebem nenhum tipo de ATER. Assim, serão assistidos no mínimo 41 agricultores familiares por município, respeitando a relação estabelecida de um técnico para, no máximo 100 beneficiários, o que favorece a organização dos serviços e o planejamento da equipe técnica.

financiamento bancários através de linhas de crédito específicas do Pronaf. Porém, “isso exigiria que o grupo local, responsável pela gestão coletiva destes bens privados, inspirasse no banco a confiança de que os recursos serão bem utilizados e de maneira rentável: os recursos creditícios para esta finalidade são subsidiados” (ABRAMOVAY; MAGALHÃES; SCHRODER, 2010, p. 288).

A grande maioria dos projetos é destinada aos assentamentos da reforma agrária. Alguns também são destinados aos agricultores familiares e apenas uma ação é destinada exclusivamente para este segmento populacional. A única obra que beneficiaria a comunidade indígena ainda não foi iniciada. Assim, é clara a não inclusão de outras populações pobres indicadas pelos delegados nas políticas públicas, como os cortadores de erva-mate, empreiteiros, diaristas, moradores de bairros pobres específicos, etc.

No colegiado, os grupos ou organizações que se destacam nas discussões ou tomada de decisão são aqueles bem estruturados e que tem maior acesso às informações. De acordo com os delegados entrevistados, em Catanduvas, os assentamentos são mais organizados. Os líderes têm bastante conhecimento, são muito envolvidos e com mais interesse na busca de informações. Desta forma, quando sai um projeto eles já estão sabendo qual será o direcionamento (entrevista número 3). Segundo Stropasolas (2006b), segmentos organizados de agricultores familiares, movimentos sociais rurais e assentados criticam a postura tradicional das entidades públicas, posicionando-se não mais como meros participantes subordinados das atividades concebidas pelos agentes externos, mas buscando conquistar uma maior autonomia pessoal e coletiva. A análise da implementação da política territorial no local estudado revela que essa maior organização dos assentados e que a existência de um público pobre disperso e desorganizado do ponto de vista sociopolítico é agravada pela baixa capacidade dos representantes do Estado em contrabalançar a tendência do primeiro grupo capitanear o principal dos benefícios financeiros do MDA/Pronaf. O Estado é pouco pró-ativo e acaba sendo influenciado pelos setores organizados.

Bonnal, Cazella e Delgado (2011) chamam a atenção para a existência de um segmento populacional rural pobre que não participa de movimentos sociais e sindicais e que não tem acesso às principais políticas públicas de desenvolvimento rural, em especial as de crédito e de extensão rural.

Esse público somado aos assalariados agrícolas residentes nas periferias de pequenos municípios rurais e aos microempresários rurais não agrícolas [aqueles que realizam atividades informais] configura uma parcela significativa da população rural que faz parte do que se poderia chamar de sociedade civil desorganizada, no sentido de não integrar ou não ser representado por nenhuma organização

associativa, política ou sindical. Trata-se de uma população rural invisível que não compõe o público-alvo de políticas públicas, exceção feita ao Programa Bolsa Família e das intervenções, também de caráter público, empreendidas por organizações da sociedade civil (BONNAL; CAZELLA; DELGADO, 2011, p. 46).

Verifica-se, assim, que parcela significativa das populações pobres não é beneficiada, pois não estão organizadas ou representadas no colegiado territorial. Pelo que se percebe, os beneficiários dessa política pública estão inseridos minimamente em cadeias produtivas. Desta forma, nota-se uma necessidade de pesquisas com intuito de saber se os beneficiários dos projetos já estão inseridos em cadeias produtivas ou se são projetos para inserção dessas famílias, além de conhecer as principais estratégias de reprodução social das famílias pobres que não participam de redes sócio-técnicas com o propósito de gestar ações que possam contemplá-las.

A persistência da pobreza no meio rural brasileiro é um grande desafio para a promoção do seu desenvolvimento. Neste contexto, Sen (2000) afirma que a pobreza pode ser vista como uma privação de capacidades básicas e que as políticas públicas de desenvolvimento territorial podem aumentar estas capacidades das pessoas. Além disso, com uma maior condição participativa, o pobre pode influenciar na direção dessas políticas. Assim, a parcela mais pobre da população do Território, além de ser excluída do acesso aos recursos financeiros, que é uma das concepções de pobreza utilizada para elaborar e implementar políticas públicas, acaba sendo privada do acesso às capacidades básicas aumentadas e de oportunidades sociais adequadas.

De acordo com Stropasolas (2006b), a participação dos “invisíveis” nos processos de discussão, elaboração, execução e gestão das políticas e ações governamentais se constitui numa das principais reivindicações presentes nos discursos dos atores sociais e políticos atuantes no processo de proposição de ações de desenvolvimento territorial. O que esta pesquisa aponta é a existência de uma enorme lacuna para que isso ocorra. Na maioria das vezes sequer se reconhece quem são as populações pobres dos municípios, tornando-se ainda mais difícil imaginar que os atores locais serão capazes de gestar ações voltadas para esse segmento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa realizada constatou-se que as entidades representadas no colegiado territorial estudado possuem vínculos com assistência técnica, educação e agricultura. Ou seja, os delegados entrevistados representam uma pequena diversidade de entidades, com destaque para aquelas de caráter agrícola. Desta forma, nota-se uma falta de representação de outros setores da sociedade no conselho de desenvolvimento territorial.

Os delegados tiveram dificuldade em identificar os pobres do Território Meio Oeste Contestado, demonstrando pouco conhecimento da realidade local. Alguns não souberam informar sobre as populações empobrecidas do Território e nem de seu próprio município. Os integrantes do colegiado do Território tem um campo de ação que consiste na realização de um diagnóstico qualificado para identificar e reconhecer as populações pobres.

Os setores sociais mais beneficiados nas ações destinadas aos municípios analisados foram os assentados da reforma agrária e segmentos dos agricultores familiares. A única obra que beneficiaria a comunidade indígena ainda não foi iniciada. Assim, é clara a não inclusão de outras populações pobres nas políticas públicas destinadas ao Território, como os cortadores de erva-mate, empreiteiros, diaristas, moradores de bairros pobres específicos, etc. Além disso, nem todas as populações prioritárias do MDA são beneficiadas, a exemplo dos indígenas. Recomenda-se que seja realizada uma análise sobre o funcionamento dos empreendimentos financiados, pois complementaria esta pesquisa.

Conclui-se que parcela importante das populações pobres não é beneficiada, pois estas não estão organizadas ou representadas no colegiado territorial. No colegiado os grupos ou organizações que se destacam nas discussões ou tomada de decisão são aqueles bem estruturados, com acesso as informações e participantes de organizações sociais, a exemplo do MST. Desta forma, os segmentos mais pobres da população necessitam do apoio dos atores sociais e políticos atuantes na elaboração de ações de desenvolvimento territorial, para que possam participar ativamente dos processos de discussão, execução e gestão das políticas públicas. Os representantes do Estado na esfera territorial não demonstram competência para contrabalançar a tendência dos setores organizados a capitanearem recursos do Pronat, que não são destinados para as populações pobres e sem representação no colegiado. Além disso, não se tem um processo de planejamento consistente de desenvolvimento territorial, o que leva a apoiar projetos sem uma clareza sobre sua viabilidade socioeconômica.

Analisar resultados em que devem ser observados aspectos qualitativos significa saber trabalhar com o significado de valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Realizar uma pesquisa qualitativa foi um grande desafio, pois durante o curso de Agronomia trabalhamos apenas com estudos quantitativos que seguem com rigor as avaliações de dados, valores e indicadores. O curso deve se preocupar em exercitar análises qualitativas, pois este tipo de investigação é diferente, por possuir um caráter descritivo, um foco de interesse amplo e uma abordagem indutiva.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, Paulo Freire et al. (Org.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: Aped/Secco, 2010, p. 27-47.

_____. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 133-157, jan./abr. 1998. Disponível em: <<http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v15/cc15n106.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2011.

ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo; SCHRODER, Mônica. Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações brasileiras de agricultores familiares. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n. 24, p. 268-306, mai./ago. 2010.

ARBACHE, Jorge Saba. **Pobreza e mercados no Brasil**. Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL. Brasília: CEPAL, março de 2003. 95p. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/8/11868/r135jorgearbachepobreza.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2011.

BONNAL, Philippe; KATO, Karina. O processo contemporâneo de territorialização de políticas e ações públicas no meio rural brasileiro. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 14. Brasília: IICA, agosto de 2011, p. 61-88.

BONNAL, Philippe; CAZELLA, Ademir Antonio; DELGADO, Nelson Giordano. Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 14. Brasília: IICA, agosto de 2011, p. 35-60.

BRASIL. **Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 15 out. 2011.

_____. **Decreto (sem número), de 25 de fevereiro de 2008**. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm>. Acesso em: 28 out. 2011.

CAZELLA, Ademir Antonio; BÚRIGO, Fábio Luiz. **O Plano Brasil Sem Miséria não contempla as especificidades da pobreza rural**. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura - OPPA. Artigos OPPA, n. 38, julho de 2011. Disponível em: <http://oppa.net.br/artigos/portugues/artigo_OPPA_br_038-07_2011-ademir_cazella-fabio_burigo.pdf>. Acesso em: 25 set. 2011.

DALLABRIDA, Valdir Roque. A gestão social dos territórios nos processos de desenvolvimento territorial: uma aproximação conceitual. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrj/article/viewFile/586/575>>. Acesso em: 16 nov. 2011.

DEDECCA, Claudio Salvadori; BUAINAIN, Antonio Marcio; NEDER, Henrique Dantas. **Uma abordagem multidimensional da pobreza rural segundo a perspectiva da política pública**. Brasília: IICA, março de 2011.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sérgio Pereira. Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 14. Brasília: IICA, agosto de 2011, p. 89-130.

DELGADO, Nelson Giordano; BONNAL, Philippe; LEITE, Sérgio Pereira. **Desenvolvimento territorial**: articulação de políticas públicas e atores sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Convênio IICA - OPPA/CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/IICA-OPPA-Desenvolvimento_territorial-Articulacao_de_politicas_publicas_e_atores_sociais.pdf>. Acesso em: 29 out. 2011.

DURGANTE, Ignez Busnello. **A destituição do poder familiar em Concórdia: condicionantes e políticas públicas**. 2009. 147 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas)-Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2009. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Ignez%20Busnello%20Durgante.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2011.

FAVARETO, Arilson. As tentativas de adoção da abordagem territorial do desenvolvimento rural - lições para uma nova geração de políticas públicas. In: PIRAUX, Marc; CANIELLO, Márcio (Org.). Dossiê: Território, sustentabilidade e ação pública. **Raízes**, Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2; v. 29, n. 1, p. 52-62, jan. 2009 a jun. 2010.

FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira de; DIAS, Marcelo Miná. Desafios da gestão social dos territórios rurais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL - SOBER, 48, 2010, Campo Grande, **Anais...** Campo Grande, 2010. 21p.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 739p.

HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de renda**: medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: EDUSP, 1998. 275p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Resultados preliminares do universo. Brasília, maio de 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000408.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2011.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=11>>. Acesso em: 05 ago. 2011.

JACCOUD, Luciana. **Pobres, pobreza e cidadania**: os desafios recentes da proteção social. Série Seguridade Social. Rio de Janeiro: IPEA, n. 1372, janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1372.pdf>. Acesso em: 28 out. 2011.

LACERDA, Fernanda Calasans Costa. **Significados da pobreza na sociedade contemporânea**. Documentos Técnicos Abertos do IICA, abril de 2011. 25p. Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/333/Fernanda%20Calasans%20-%20Significados%20da%20pobreza%20-%20artigo%20-%20NEAD.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2011.

LEITE, Sérgio Pereira; WESZ JUNIOR, Valdemar João. O financiamento da política de desenvolvimento territorial: uma análise do Pronat e do Programa Territórios da Cidadania. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 14. Brasília: IICA, agosto de 2011, p. 169-196.

LEITE, Sérgio Pereira et al. **Políticas públicas de enfrentamento da pobreza e da desigualdade no meio rural brasileiro: uma análise a partir da experiência da política de desenvolvimento territorial**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011. Projeto aprovado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq em 2011.

MATTEI, Lauro. **Pobreza na América Latina**: heterogeneidade e diferenças intra-regionais. Instituto de Estudos Latino-Americanos - IELA: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/uploads/docs/129_texto1.lauromattei.pdf>. Acesso em: 14 out. 2011.

MATTEI, Lauro; MALUF, Renato. **Pobreza rural**: concepções, determinantes e agenda de políticas públicas para seu enfrentamento. Brasília: IICA, Boletim Eletrônico Fórum DRS, n. 72, 2011.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para a gestão social de territórios rurais**. Documento institucional nº 3. Brasília, setembro de 2005. 32p.

_____. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável** (Textos para Discussão 4). IICA/Condraf/NEAD. Brasília, outubro de 2003. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Livro/arquivo_253.pdf>. Acesso em: 30 out. 2011.

_____. **Territórios Rurais**: sobre o programa. Brasília, 20---. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/sdt/programas/territoriosrurais>>. Acesso em: 14 out. 2011.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Assistência Social**: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS (20--). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **Desenvolvimento econômico e estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil**. Revista Ensaios Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - FEE, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 323-350, 2003. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/657/903>>. Acesso em: 14 out. 2011.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; DIAS, Marcelo Miná. Introdução. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 14. Brasília: IICA, agosto de 2011, p. 13-34.

MELO, Hildete Pereira de. **Gênero e pobreza no Brasil**: Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Gênero em América Latina y el Caribe. Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Brasília 2005. Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/docs/GGeneroPobreza_Brasil04.pdf>. Acesso em: 14 out. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 09-29.

OLIVEIRA, Régis Borges de. **Pobreza: conceitos e mensuração**. Produto 2 - Documento técnico contendo um mapeamento dos principais conceitos e metodologias para mensuração da pobreza. Campinas: IICA, março de 2011a.

_____. **Evolução da pobreza na América Latina**. Produto 3 - Documento técnico contendo um mapeamento da situação da pobreza na América Latina. Campinas: IICA, março de 2011b.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 151p.

SALAMA, Pierre. **Lutas contra a pobreza na América Latina: o caso da pobreza rural no Brasil**. Brasília: IICA, Boletim Eletrônico Fórum DRS, n. 71, 2010.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento. **Estudo de avaliação da metodologia utilizada pelo PRAPEM/ MICROBACIAS 2 junto às populações indígenas de Santa Catarina: Relatório final**. Florianópolis, 2008.

SDT - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Balanco da Matriz de Ações Federal 2008 e Matriz de Ações Federal 2009**. Material de divulgação do Programa Territórios da Cidadania em 2010.

_____. **Resultado da Gestão Territorial: Gestão de Projetos**. Sistema de Gestão Estratégica - SGE. MDA, 2004 a 2010. Disponível em:
<http://sge.mda.gov.br/projeto/projeto_re/index.php>. Acesso em: 26 set. 2011.

_____. **Revista Territórios da Cidadania**. Integração de Políticas Públicas para Reduzir Desigualdades. Brasília: Portal da Cidadania, março de 2009. 20p. Disponível em:
<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/pageflip/pageflip-view?pageflip_id=2221713>. Acesso em: 22 out. 2011.

_____. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Meio Oeste Contestado** (versão preliminar). Xanxerê, 2006.

_____. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Brasília: SDT/MDA, 2005. (Documentos Institucionais 1).

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409p.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006a. 346p.

_____. Desenvolvimento rural para quem? Os desafios para inclusão dos excluídos na ação extensionista. **Revista Grifos**, Chapecó, n. 20/21, p. 09-47, jul./dez. 2006b.

TECCHIO, Andréia. **Análise da eficácia de políticas públicas de desenvolvimento territorial em superar a pobreza no meio rural brasileiro: estudo de caso no Território “Meio Oeste Contestado - SC”**. Projeto de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

TOWNSEND, Peter. **What is poverty?** An historical perspective. UNDP: International Poverty Centre, Poverty in Focus, december 2006. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/IPCPovertyInFocus9.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2011.

VALADARES, Alexandre Arbex et al. **A questão agrária e a pobreza rural no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Brasília: Disoc/IPEA, novembro de 2010.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 226p.

_____. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se imagina**. 2 ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2003. 304p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O agricultor e a vida local. In: LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998, p. 207-231.

ZANDONAI, Cristiane Oliveira. **A pobreza na região metropolitana de Porto Alegre**. 2005. 132 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6733/000534267.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 out. 2011.

ANEXOS

ANEXO A - Matriz de Ações



Projetos Financiados SDT

Data: 26/09/11 14:55

Relatório: Listagem Projetos Território: Meio Oeste Contestado - SC

Filtros: [PERÍODO: 2004 A 2010], [UF: SC], [PROponente: Todos], [NAT.DESP: Investimento], [SIT.CONTRATO: Todos], [SIT.OBRA: Todos] e [COD.OPERACAO: Todos]

Fonte de Dados: Base de dados da Caixa Econômica Federal atualizada em 24/08/11

Ano	Código Operação	DV Oper.	Natureza (1)	Programa	Objeto	UF	Proponente	Valor do Projeto (R\$)	Valor MDA (R\$)	Situação Contrato	Situação Obra
2004	0170728	48	INVESTIMENTO	PRONAF	CONSTRUCAO 01 ESTABULO E AMPLIACAO DO CENTRO DE FORMACAO	SC	PM ABELARDO LUZ	55.687,59	50.400,00	em situação normal	CONCLUIDA
2004	0171007	69	INVESTIMENTO	PRONAF	AQ. IMPLEMENTOS AGRICOLAS E CONSTR.MOINHO COLONIAL	SC	PM AGUA DOCE-SC	63.662,76	53.100,00	em situação normal	CONCLUIDA
2004	0171017	84	INVESTIMENTO	PRONAF	AQUISICAO DE VEICULO POPULAR	SC	PM GALVAO	21.296,28	16.200,00	em situação normal	CONCLUIDA
2004	0171522	08	INVESTIMENTO	AFEM - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA	CONSTRUCAO CASA DO COLONO	SC	PM GALVAO	33.405,85	25.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2004	0171033	87	INVESTIMENTO	PRONAF	CONSTRUCAO DE UM CENTRO DE COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR COM 375M2	SC	PM XANXERE	142.616,28	118.800,00	em situação normal	CONCLUIDA
2005	0186432	39	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	PRODUCAO E INDUSTRIALIZACAO DO GIRASOL	SC	PM ABELARDO LUZ	105.632,85	90.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2005	0179071	22	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	AQUISICAO EQUIPAMENTOS MOINHO COLONIAL,CANTINA SUCCO VINHOC	SC	PM AGUA DOCE-SC	109.277,72	70.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2005	0179070	18	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	COSNTRUCAO CASA DO MEL E QAUISICAO DE EQUIPAMENTOS	SC	PM CAPINZAL	28.189,25	24.027,30	em situação normal	CONCLUIDA
2005	0179072	36	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	CONCTRUCAO AGROINDUSTRIA CONSERVAS E AQUISICAO EQUIPAMENTOS	SC	PM CATANDUVAS	87.149,26	60.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2005	0179034	83	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	AQUISICAO DE EQUIPAMENTO PARA ESTRUTURACAO DA CADEIA PRODUTIVA DE LEITE	SC	PM CEL MARTINS	10.600,22	9.900,00	em situação normal	CONCLUIDA
2005	0179074	55	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	REFORMA INSTALACOES ASSOCIACAO DA CASA FAMILIAR RURAL	SC	PM ERVAL VELHO	39.018,56	28.000,00	em situação normal	CONCLUIDA

1 - Critério para Classificação do Projeto por Natureza de Despesa: Para projetos contendo ao mesmo tempo, custeio e investimento, foi considerada a natureza (custeio ou investimento) com maior valor projeto_r1...



Projetos Financiados SDT

Data: 26/09/11 14:55

Relatório: Listagem Projetos Território: Meio Oeste Contestado - SC

Filtros: [PERÍODO: 2004 A 2010], [UF: SC], [PROPONENTE: Todos], [NAT.DESP: Investimento], [SIT.CONTRATO: Todos], [SIT.ÓBRA: Todos] e [COD.OPERACAO: Todos]

Fonte de Dados: Base de dados da Caixa Econômica Federal atualizada em 24/08/11

Ano	Código Operação	DV Oper.	Natureza (1)	Programa	Objeto	UF	Proponente	Valor do Projeto (R\$)	Valor MDA (R\$)	Situação Contrato	Situação Obra
2005	0179069	81	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	CONSTR UNID BENEF PROD APICOLAS; CONSTR LABOR C/AQUIS EQUIP	SC	PM FAX GUEDES	100.053,31	60.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2005	0179037	96	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	CONSTRUCAO DE DIVERSAS ESTUFAS PARA PRODUCAO ORGANICA HORTALICAS	SC	PM GALVAO	16.643,92	13.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2005	0179073	40	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	CONSTRUCAO UNIDADE BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS DERIV DO LEITE	SC	PM MAREMA	103.962,60	40.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2005	0186816	74	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	AQUISICAO MAQUINAS EQUIPAM.,MOVEIS,COMPUTADOR CENTRO COMERCÍ	SC	PM XANXERE	224.357,08	166.107,00	em situação normal	CONCLUIDA
2006	0200060	53	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA AGROINDUSTRIA DO LEITE	SC	PM CEL MARTINS	43.913,86	27.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2006	0200065	03	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGRICOLAS	SC	PM CEL MARTINS	12.272,74	10.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2006	0200075	28	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	CONSTRUCAO DE CENTRO DE COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	SC	PM JOACABA	89.197,31	80.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2006	0200074	13	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	CONSTRUCAO DE CENTRO DE COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGRICOLAE ARTESANAIS	SC	PM TREZE TILIAS	45.578,94	40.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2007	0232585	67	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	APOIO AGROINDUSTRIALIZACAO E COMERCIALIZACAO COM CONSTRUCAO E IMPLANT. LOJA VENDAS E AQUIS. MAQUI E EQUIP. PANIFICACAO	SC	PM AGUA DOCE-SC	94.512,90	47.880,00	em situação normal	CONCLUIDA

1 - Critério para Classificação do Projeto por Natureza de Despesa: Para projetos contendo ao mesmo tempo, custeio e investimento, foi considerada a natureza (custeio ou investimento) com maior valor projeto_r1...



Projetos Financiados SDT

Data: 28/08/11 14:55

Relatório: Listagem Projetos Território: Meio Oeste Contestado - SC

Filtros: [PERÍODO: 2004 A 2010], [UF: SC], [PROPONENTE: Todos], [NAT.DESP: Investimento], [SIT.CONTRATO: Todos], [SIT.OBRA: Todos] e [COD.OPERACAO: Todos]

Fonte de Dados: Base de dados da Caixa Econômica Federal atualizada em 24/08/11

Ano	Código Operação	DV Oper.	Natureza (1)	Programa	Objeto	UF	Proponente	Valor do Projeto (R\$)	Valor MDA (R\$)	Situação Contrato	Situação Obra
2007	0230188	11	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	APOIO COOPERATIVISMO DE CREDITO ATRAVES CONSTRUCAO SEDE CRESOL E COOPERCEL E AQUISICAO VEICULO E EQUIPAMENTOS PARA ICAF	SC	PM CEL MARTINS	136.527,73	110.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2007	0232588	71	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	APOIO BENEFICIAMENTO CEREAIS ATRAV'S DA CONSTRUPO DE MOINHOCOLONIAL	SC	PM CEL MARTINS	57.216,19	43.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2007	0232587	85	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	APOIO COMERCIALIZACAO COM AQUISIDO DE MAQUINAS E EQUIPAMEN.PARA CENTRAL COMERCIALIZACAO E AQUIS. VEICULO	SC	PM JOACABA	96.074,36	87.988,00	em situação normal	CONCLUIDA
2007	0222560	62	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	APOIO CADEIA PRODUTIVA DO LEITE	SC	PM JUPIA	46.864,62	20.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2007	0232584	52	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	APOIO COMERCIALIZACAO COM CONCLUSAO CENTRO COMERCIALIZACAO DOS PRODUTOS AGRICULT.FAMILIAR E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	SC	PM XANXERE	70.027,01	54.720,00	em situação normal	CONCLUIDA
2008	0276093	40	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	APOIO COMERCIALIZACAO PEIXE COM AQUISICAO DE CAMINHAO COM CAMARA FRITA	SC	PM ABELARDO LUZ	143.498,10	136.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2008	0276094	55	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	APOIO COMERCIALIZACAO HORTIFRUTIGRANJEIROS COM CONSTRUCAO DE ENTREPOSTO	SC	PM CATANDUVAS	174.079,67	135.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2008	0276098	92	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	APOIAR COMERCIALIZACAO DE CARNES DE BOVINOS E SUINOS POR MEIO DA AMPLIACAO DE ABATEDOURO E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	SC	PM CEL MARTINS	280.489,63	220.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2008	0264435	17	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	FORTALECIMENTO CAPACIDADE PRODUTIVA COM AQUISICAO DE TRATOR DE PNEU	SC	PM FAX GUEDES	125.519,80	100.000,00	em situação normal	CONCLUIDA

1 - Critério para Classificação do Projeto por Natureza de Despesa: Para projetos contendo ao mesmo tempo, custeio e investimento, foi considerada a natureza (custeio ou investimento) com maior valor projeto_r1...



Projetos Financiados SDT

Data: 26/09/11 14:55

Relatório: Listagem Projetos Território: Meio Oeste Contestado - SC

Filtros: [PERÍODO: 2004 A 2010], [UF: SC], [PROponente: Todos], [NAT.DESP: Investimento], [SIT.CONTRATO: Todos], [SIT.OBRA: Todos] e [COD.OPERACAO: Todos]

Fonte de Dados: Base de dados da Caixa Econômica Federal atualizada em 24/08/11

Ano	Código Operação	DV Oper.	Natureza (1)	Programa	Objeto	UF	Proponente	Valor do Projeto (R\$)	Valor MDA (R\$)	Situação Contrato	Situação Obra
2008	0276095	60	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	APOIO CADEIA PRODUTIVA DO LEITE COM CONSTRUCAO DE AGROINDUSTRIA E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	SC	PM IPUACU	156.200,00	142.000,00	em situação normal	NAO INICIADA
2008	0258479	23	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	FORTALECIMENTO CAPACIDADE PRODUTIVA COM AQUISICAO DE TRATOR E PLANTADEIRA	SC	PM JUPIA	108.786,26	100.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2008	0278806	09	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	FORTALECIMENTO CAPACIDADE PRODUTIVA COM AQUISICAO DE TRATOR AGRICOLA	SC	PM LAJEADO GRAN	140.000,00	100.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2008	0276096	74	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	APOIO FORMACAO DE AGRICULTORES FAMILIARES POR MEIO DA CONSTRUCAO CENTRO DE FORMACAO E APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR	SC	PM OURO	146.904,91	137.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2008	0278836	65	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	APOIO A ATER COM AQUISICAO DE VEICULOS	SC	PM PASSOS MAIA	102.278,20	98.862,00	em situação normal	CONCLUIDA
2009	0307894	08	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	CONSTRUCAO DE ALOJAMENTO E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	SC	PM ABELARDO LUZ	204.262,73	197.820,00	em situação normal	ATRASADA
2009	0307259	14	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	Aquisicao de 2 equipamentos completos para distribuicao de calcario.	SC	PM ABELARDO LUZ	165.558,53	150.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2009	0307268	25	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	AQUISICAO DE CAMINHAO EQUIPADO PARA A DISTRIBUICAO DE CALCARIO	SC	PM ABELARDO LUZ	326.165,32	250.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2009	0307893	95	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	CONSTRUCAO DE BARRACAO E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA PROCESSAMENTO DE COURO DE PEIXES	SC	PM ABELARDO LUZ	170.670,00	153.603,00	em situação normal	NAO INICIADA

1 - Critério para Classificação do Projeto por Natureza de Despesa: Para projetos contendo ao mesmo tempo, custeio e investimento, foi considerada a natureza (custeio ou investimento) com maior valor projeto_r1...



Projetos Financiados SDT

Data: 28/09/11 14:55

Relatório: Listagem Projetos Território: Meio Oeste Contestado - SC

Filtros: [PERÍODO: 2004 A 2010], [UF: SC], [PROPONENTE: Todos], [NAT.DESP: Investimento], [SIT.CONTRATO: Todos], [SIT.OBRA: Todos] e [COD.OPERACAO: Todos]

Fonte de Dados: Base de dados da Caixa Econômica Federal atualizada em 24/08/11

Ano	Código Operação	DV Oper.	Natureza (1)	Programa	Objeto	UF	Proponente	Valor do Projeto (R\$)	Valor MDA (R\$)	Situação Contrato	Situação Obra
2009	0306219	07	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	AQUISICAO DE CAMINHAO E TANQUE PARA COLETA DE LEITE	SC	PM AGUA DOCE-SC	199.778,13	170.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2009	0310319	94	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	AQUISICAO DE TRATOR, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	SC	PM CAPINZAL	165.106,24	146.250,00	em situação normal	CONCLUIDA
2009	0306215	62	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	AQUISICAO DE CAMINHAO E TANQUE ISOTERMICO	SC	PM CAPINZAL	200.454,77	168.300,00	em situação normal	CONCLUIDA
2009	0306207	65	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	AQUISICAO DE VEICULO CAMIONETA COM BAU	SC	PM CATANDUVAS	112.776,24	100.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2009	0306220	35	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	CONSTRUCAO E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA UMA AGROINDUSTRIA DE PROCESSAMENTO DE FRUTAS EM SUCOS E DOCES.	SC	PM GALVAO	189.215,09	153.000,00	em situação normal	PARALISADA
2009	0307278	40	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	AQUISICAO DE CAMINHAO EQUIPADO COM CACAMBA	SC	PM S.DOMINGOS	239.000,00	150.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2010	0323676	98	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	Aquisicao de uma retroescavadeira	SC	PM ABELARDO LUZ	230.000,00	146.250,00	em situação normal	CONCLUIDA
2010	0337677	05	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	Aquisicao de equipamentos e de uma camioneta para o Moinho Colonial	SC	PM CEL MARTINS	152.000,00	138.000,00	em situação normal	NAO INICIADA
2010	0330367	00	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	Aquisicao de equipamentos agricolas.	SC	PM CEL MARTINS	156.391,32	146.950,00	em situação normal	CONCLUIDA

1 - Critério para Classificação do Projeto por Natureza de Despesa: Para projetos contendo ao mesmo tempo, custeio e investimento, foi considerada a natureza (custeio ou investimento) com maior valor projeto_r1...



Projetos Financiados SDT

Data: 26/09/11 14:55

Relatório: Listagem Projetos Território: Meio Oeste Contestado - SC

Filtros: [PERÍODO: 2004 A 2010], [UF: SC], [PROponente: Todos], [NAT.DESP: Investimento], [SIT.CONTRATO: Todos], [SIT.OBRA: Todos] e [COD.OPERACAO: Todos]

Fonte de Dados: Base de dados da Caixa Econômica Federal atualizada em 24/08/11

Ano	Código Operação	DV Oper.	Natureza (1)	Programa	Objeto	UF	Proponente	Valor do Projeto (R\$)	Valor MDA (R\$)	Situação Contrato	Situação Obra
2010	0323702	15	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	AQUISICAO DE TRATOR AGRICOLA DE PNEUS	SC	PM GALVAO	107.450,00	97.500,00	em situação normal	CONCLUIDA
2010	0323712	30	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	AQUISICAO DE UM TRATOR AGRICOLA SOBRE PNEUS COM TRACAO NAS 4 RODAS.	SC	PM IBICARE	110.000,00	100.000,00	em situação normal	NAO INICIADA
2010	0334960	77	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	Aquisicao de carreta forrageira hidraulica, colhedoras de forragens, DISTRIB.ADUBO ORGANICO LIQUIDO E DE CALCARIO	SC	PM JUPIA	107.000,00	97.500,00	em situação normal	NAO INICIADA
2010	0324287	02	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	Aquisicao de distribuidores de adubo liquido, ensiladeiras, plantadeira e arados subsoladores.	SC	PM OURO	102.800,00	100.000,00	em situação normal	NAO INICIADA
2010	0323678	13	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	AQUISICAO DE CAMINHAO CACAMBA BASCULANTE ATENDIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS	SC	PM S.DOMINGOS	208.000,00	150.000,00	em situação normal	CONCLUIDA
2010	0323660	15	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	Aquisicao de Maquinas e Implementos Agricolas para fortalecer a Agricultura Familiar, no Assentamento Boa Vista do Jardim	SC	PM VARGEAO	153.300,00	146.250,00	em situação normal	CONCLUIDA
2010	0328882	08	INVESTIMENTO	PRONAT DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DA ESCOLA CASA FAMILIAR RURAL REGIONAL DE XAXIM SC BLOCO A.	SC	PM XAXIM - SC	282.524,31	200.000,00	em situação normal	NAO INICIADA

Quadro Resumo

Total de Projetos*:	54
Valor Total do Projeto*:	6.773.948,44
Valor Total MDA*:	5.475.207,30

* Os valores mudam de acordo com o filtro

1 - Critério para Classificação do Projeto por Natureza de Despesa: Para projetos contendo ao mesmo tempo, custeio e investimento, foi considerada a natureza (custeio ou investimento) com maior valor projeto_r1...